

**Contributo para a elaboração do Atlas da Região de Lisboa e Vale do
Tejo
Indicadores de Desenvolvimento Territorial**

Nuno Gonçalo Pimenta Pires

**Relatório
de Estágio de Mestrado em Gestão do Território – Planeamento e
Ordenamento do Território**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Nuno Gonçalo Pimenta Pires,
Contributo para a elaboração do Atlas
da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Indicadores de Desenvolvimento
Territorial, 2017

Fevereiro, 2017

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território (área de especialização em Planeamento
e Ordenamento do Território) realizado sob a orientação científica do
Professor Doutor José Afonso Teixeira

AGRADECIMENTOS

A realização do Mestrado em Gestão do Território, que culmina com o presente documento, compara-se ao último tijolo que permitiu a conclusão de uma obra com 17 anos de construção! Porém, é preciso não esquecer todos os alicerces necessários para tal edificação ser aquilo que é hoje.

Assim, torna-se essencial relembrar as pessoas que acompanharam e contribuíram para o êxito deste variado ciclo de estudos (a obra).

Em primeiro lugar surge a família, como a base da minha construção e formação pessoal.

Com o mesmo grau de importância indico a Fé porque, considero que esta componente foi, é e será o amparo determinante do meu crescimento intelectual. Saliento ainda, as amizades que a Fé me proporcionou ao longo destes 17 anos, como base fundamental ao desenvolvimento e conclusão deste percurso.

Por fim, mas não menos importante, realçam-se todos aqueles que contribuíram, de forma direta, para realização do presente relatório de estágio, particularmente o orientador e professor José Teixeira e a professora Margarida Pereira, bem como a orientadora de estágio na CCDR-LVT, Alexandra Almeida. A disponibilidade e a aprendizagem que me proporcionaram constituem valores dignos de menção, não esquecendo todos os técnicos que me acolheram de forma calorosa na CCDR-LVT.

A todos expresso o meu profundo e sincero sentimento de gratidão, por tal caminhada ter sido apoiada por vocês, obrigado!

Contributo para a elaboração do Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Indicadores de Desenvolvimento Territorial

Nuno Gonçalo Pimenta Pires

RESUMO

Portugal e a União Europeia vivem contextos de incerteza. A coesão territorial, associada à necessidade de corrigir desigualdades territoriais e fazer da diversidade uma vantagem é, por isso, uma expressão cada vez mais utilizada, não só na vertente política como também nas dimensões económica, social e ambiental... Mas é corretamente definida, aprofundada e difundida?

Na verdade, verifica-se que a coesão territorial é um conceito impreciso, e de difícil aplicação. Neste âmbito, no presente documento faz-se uma reflexão concetual e metodológica, tendo em vista a discussão, mensuração e aplicação do conceito. Para tal procedeu-se à construção de um Índice de Desenvolvimento Territorial e ensaiou-se a sua aplicação no território sob jurisdição da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Territorial da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), entidade onde o mestrando realizou o estágio curricular que constituiu a componente não letiva do Mestrado de Gestão do Território.

O índice foi concebido com base num conjunto de indicadores de desenvolvimento territorial, associados às temáticas do apoio comunitário Portugal 2020, salientando-se a posterior representação da informação estatística, para efeitos de publicação e utilização pública. A análise às dinâmicas da Região permitiu revelar a pouca eficácia na implementação de políticas promotoras da coesão, uma vez que as diferenças de desenvolvimento são evidentes no interior da RLVT, e não se reduziram tomando por base a evolução entre 2004 e 2011.

Por fim, são feitas algumas considerações críticas relativas à concetualização da coesão territorial, bem como ao resultado da aplicação metodológica do Índice de Desenvolvimento Territorial à RLVT.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Desenvolvimento Territorial; Coesão Territorial; Portugal 2020; Índice Sintético; Região de Lisboa e Vale do Tejo

Contributo para a elaboração do Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Indicadores de Desenvolvimento Territorial

Nuno Gonçalo Pimenta Pires

ABSTRACT

Portugal and the European Union are passing through a moment of uncertainty. Territorial cohesion is, together with the necessity of correcting territorial inequalities and to make diversity an advantage, a term increasingly used, not only within politics but also economically, socially and environmentally... But is it correctly defined, explored and spread?

Territorial cohesion is in fact an imprecise concept and hard to apply. As such, throughout this document a conceptual and methodological reflection is made, with the objective of discussing, measuring and applying the concept. For that, a Territorial Development Index was build and tried in the territory under the jurisdiction of the Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), the entity where the master student did a curricular internship as part of the Master in Territory Management.

This index was created based on several territorial development's indicators, related to the themes of Portugal 2020, highlighting a later representation of the statistical information, for publishing effects and public use. The analysis of this Regions' dynamics allowed to understand the low efficiency in the implementation of policies that promote cohesion, as the differences in development are clear within RLVT and did not diminish between 2004 and 2011.

Lastly, some critics are made to the conceptualization of territorial cohesion, as well as to the result of the methodological application of the Territorial Development Index to the RLVT.

KEYWORDS: Territorial development indicators; Territorial Cohesion; Portugal 2020; Synthetic Index; Lisboa e Vale do Tejo Region

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ÂMBITO DO ESTÁGIO E ESCOLHA DO TEMA	1
1.2. INSERÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO.....	1
1.3. ESTÁGIO CURRICULAR NA CCDR-LVT	4
1.3.1. ÂMBITO E OBJETIVOS	4
1.3.2. METODOLOGIA.....	7
1.4. OBJETIVOS DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO.....	10
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
2.1. COESÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	12
2.1.1. CONCETUALIZAÇÃO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	20
2.2. EVOLUÇÃO NA APLICAÇÃO DE APOIOS COMUNITÁRIOS (QREN E PORTUGAL 2020)	26
3. CASO DE ESTUDO: DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	31
3.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: O TERRITÓRIO	31
3.2. APLICAÇÃO DE INDICADORES DE CONTEXTO NA REGIÃO.....	35
3.3. APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	38
3.3.1. SUB-ÍNDICE COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO.....	41
3.3.2. SUB-ÍNDICE INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO.....	42
3.3.3. SUB-ÍNDICE CAPITAL HUMANO	44
3.3.4. SUB-ÍNDICE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS .	46
3.3.5. ÍNDICE SINTÉTICO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS – PORTUGAL 2020.....	47
3.3.6. CORRELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE SINTÉTICO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS – PORTUGAL 2020 E O ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (INE)	48
3.4. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL FACE ÀS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS (2014-2020) NA RLVT	51

4. CONCLUSÃO	54
5. BIBLIOGRAFIA(S) / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
6. LEGISLAÇÃO	65
ANEXOS.....	I
Anexo I: Distribuição das NUTS 2013 em Portugal (Regulamento da União Europeia nº868/2014 da Comissão, de 8 de agosto)	I
Anexo II: Indicadores de Desenvolvimento Territorial seleccionados	II
Anexo III: Quadro Comparativo de Financiamento do POR Alentejo 2020, POR Centro e POR Lisboa 2020	IV
Anexo IV: Metas Estratégicas do Portugal 2020, no âmbito da Estratégia Europa 2020 (Indicadores)	V
Anexo V: NUTS III (2013) e Municípios integrantes da CCDR-LVT (Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro).....	VIII
Anexo VI: Construção do Sub-índice CI.....	IX
Anexo VII: Construção do Sub-índice ISE.....	X
Anexo VIII: Construção do Sub-índice CH.....	XI
Anexo IX: Construção do Sub-índice SEUR	XII
Anexo X: Construção do Índice Sintético DT-PT2020.....	XIII
Anexo XI: Exemplar de Ficha de indicador	XIV

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da CCDR-LVT	4
Figura 2 – Ciclo Coesão e Desenvolvimento Territorial.....	18
Figura 3 – Relação entre objetivos e indicadores.....	23
Figura 4 – Hierarquia de Informação Estatística	24
Figura 5 – Área de Jurisdição da CCDR-LVT segundo as NUTS 2002 (a partir de 2010). 35	
Figura 6 – Área de Jurisdição da CCDR-LVT segundo as NUTS 2013	35
Figura 7 – Estruturação dos Índices Sintéticos.....	39
Figura 8 – Sub-índice Competitividade e Internacionalização em 2004 e 2011	42
Figura 9 – Sub-índice Inclusão Social e Emprego em 2004 e 2011	44
Figura 10 – Sub-índice Capital Humano em 2004 e 2011	45
Figura 11 – Sub-índice Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos em 2004 e 2011	47
Figura 12 – Índice Sintético dos Domínios Temáticos – Portugal 2020 em 2004 e 2011	48
Figura 13 – Comparação entre Índice Sintético dos Domínios Temáticos-Portugal 2020 e Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (INE) em 2004 e 2011	50

LISTA DE ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CE – Comissão Europeia

CH – Capital Humano

CI – Competitividade e Internacionalização

FC – Fundo de Coesão

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FSE – Fundo Social Europeu

GTPT2020 – Grupo de Trabalho do Portugal 2020/Indicadores

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISDR – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

ISDT – Índice Sintético dos Domínios Temáticos

ISE – Inclusão Social e Emprego

LVT – Lisboa e Vale do Tejo

OADRL – Observatório de Acompanhamento das Dinâmicas da Região de Lisboa

ORLVT – Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo

PO – Programa Operacional

PORL 2020 – Programa Operacional da Região de Lisboa 2020

PT2020 – Portugal 2020

QEC – Quadro Estratégico Comum

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

SEUR – Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

1. INTRODUÇÃO

1.1. ÂMBITO DO ESTÁGIO E ESCOLHA DO TEMA

O presente relatório (versão corrigida e melhorada após defesa pública) insere-se na componente não letiva do mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). A componente não letiva em avaliação assenta no desenvolvimento de um estágio curricular, que ocorreu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), mais precisamente no Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais de Lisboa (OADRL), entre os meses de julho de 2015 e agosto de 2016.

A decisão em enveredar pela componente de estágio curricular partiu do próprio mestrando, na procura de um enriquecimento que, através de prática profissional complementar à experiência académica, conciliasse a formação superior em Gestão com o prosseguimento especializado no mestrado em Gestão do Território. Daí a opção por um tema que permita a reflexão sobre os níveis de desenvolvimento e coesão territorial para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Por fim, refira-se que a opção pela realização do estágio curricular na CCDR-LVT, também foi motivada pela relevância da entidade, ao nível das suas competências na implementação de políticas de âmbito territorial.

1.2. INSERÇÃO NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

A colocação do estágio curricular, na entidade e projeto acima referidos, foi facilitada pela Professora Margarida Pereira do Departamento de Geografia e Planeamento Regional (DGPR) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), tendo como orientador o Professor José Afonso Teixeira. Desta forma, foram feitos contactos junto do atual Presidente da CCDR-LVT, Eng.º João Teixeira, possibilitando o desenvolvimento de uma proposta alinhada com os interesses de ambas as partes. Assim o estágio curricular ocorreu no

OADRL, visando a contribuição para uma edição atualizada do “Atlas da Região de Lisboa e Vale Tejo”, com base em indicadores de desenvolvimento e coesão territorial. Na instituição, o estágio iniciou-se sob a orientação profissional da Dr.ª Florinda Oliveira, geografa e técnica do OADRL.

Importa referir que o Observatório das Dinâmicas Regionais regista uma crescente valorização e articulação de competências referentes ao “acompanhamento, monitorização e avaliação da execução de políticas públicas em domínios das suas competências orgânicas, designadamente no âmbito da gestão estratégica e do planeamento regional e da gestão dos fundos estruturais e de investimento” (CCDR-LVT, 2016, para. 1). Para responder a tais competências, em 2010 foi criado o Observatório da Região de Lisboa e Vale do Tejo (ORLVT).

O modelo subjacente ao Acordo de Parceria Portugal 2020 veio, porém, aumentar as responsabilidades de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas regionais nas áreas territoriais sob jurisdição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Por este motivo em 2014 foram estabelecidos, em cada CCDR, Órgãos de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR)¹, por forma a, entre outras competências, “acompanhar a execução e os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial das operações que são objeto de financiamento pelos PO [Programas Operacionais]”².

Em consequência, as competências anteriormente atribuídas aos observatórios regionais foram reforçadas e transferidas para os OADR, que na RLVT tem como objetivos:

1. “Gerir o sistema de informação regional de Lisboa e Vale do Tejo de suporte ao acompanhamento das dinâmicas regionais nos domínios social, económico e territorial, visando a monitorização da estratégia regional, dos planos regionais de ordenamento do território e dos programas operacionais, em articulação com outros sistemas de informação nacionais, regionais e sub-regionais relevantes;

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 23 de dezembro

² Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro

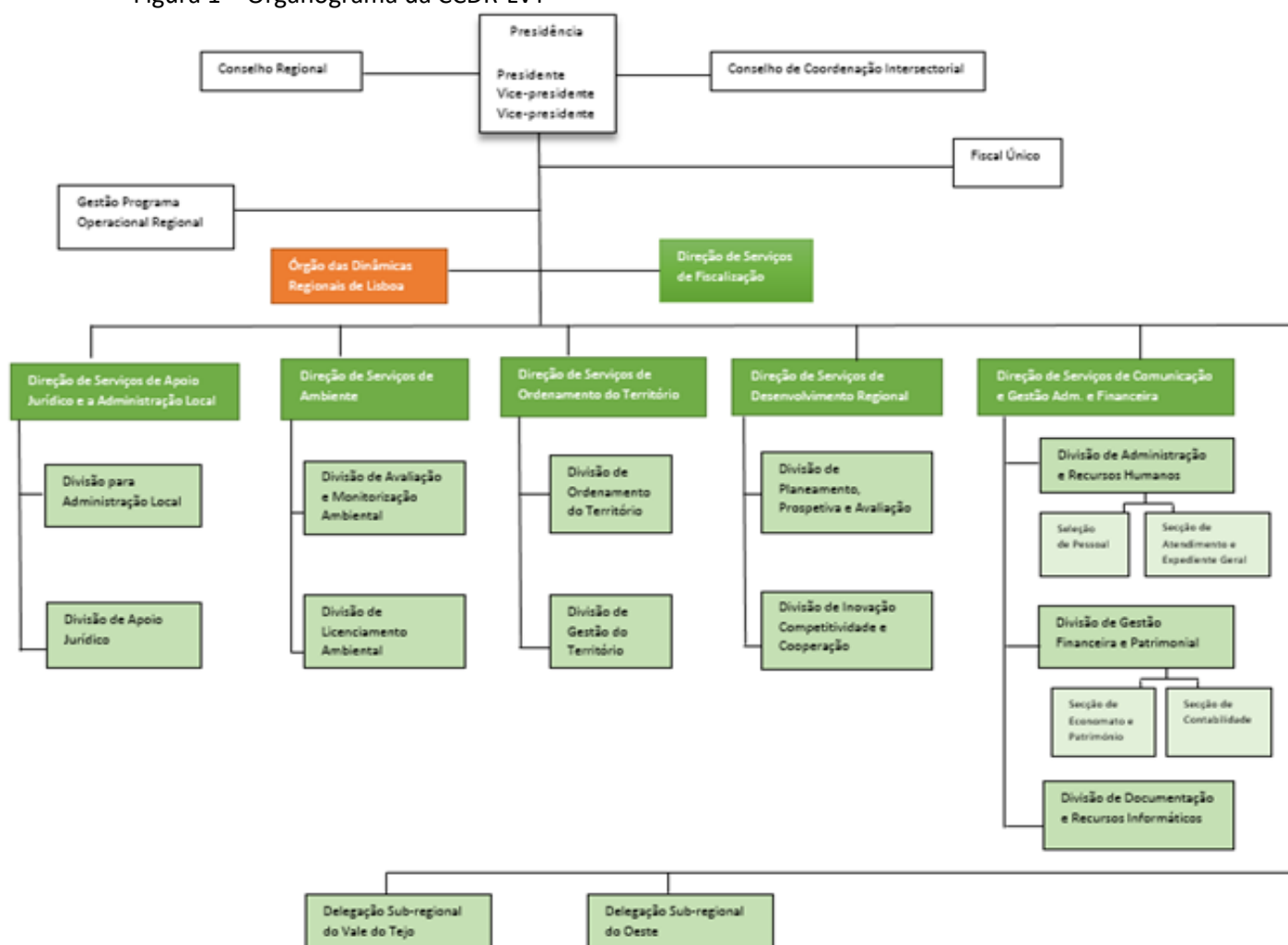
2. Produzir informação e reportes de monitorização e avaliação das dinâmicas regionais e dos efeitos da implementação e execução de políticas, estratégias, planos e programas, em especial no âmbito da estratégia regional, dos planos regionais de ordenamento do território e dos programas operacionais;
3. Dinamizar, participar e acompanhar processos de planeamento estratégico de base territorial, nomeadamente a estratégia regional de especialização inteligente;
4. Promover estudos e iniciativas de análise e reflexão estratégica sobre o desenvolvimento económico, social e territorial ao nível regional e sub-regional;
5. Participar em redes de articulação funcional, nomeadamente as previstas no Portugal 2020 para os domínios da monitorização e avaliação, da capacitação e qualificação da procura e das dinâmicas regionais” (CCDR-LVT, 2016, para. 7).

No que concerne ao presente objeto de estágio, refere-se que a sua realização é integrada no âmbito dos objetivos 1, 2 e 4, acima descritos. Neste aspeto, verifica-se a progressiva responsabilização dos OADR pela atualização e acompanhamento das dinâmicas regionais da RLVT (nos domínios social, económico e territorial). Aqui os indicadores de desenvolvimento e coesão territorial detêm um papel central, sendo a base para a disponibilização de um sistema de informação estatística relevante para a monitorização da estratégia regional. Adicionalmente refere-se que a necessidade de promover análises evolutivas e reflexões estratégicas, relativas ao desenvolvimento regional e sub-regional, exige um estudo aprofundado para a Região LVT. Assim, emerge o objeto do presente estágio, no qual o mestrando se dispõe a contribuir para a elaboração de uma edição atualizada do “Atlas de Lisboa e Vale do Tejo”, através da seleção, do tratamento e da apresentação estatística e gráfica de indicadores de desenvolvimento e coesão territorial.

A CCDR-LVT, de acordo com o Decreto-lei nº 228/2012, de 25 de outubro, é um serviço periférico da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira. Detém como missão “assegurar a coordenação e

articulação das diversas políticas setoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, ordenamento do território, de incentivos do Estado à comunicação social e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da respetiva área geográfica de atuação” (CCDR-LVT, 2012, para. 1). A organização interna da Comissão, definida pelo artigo 8º do referido diploma, dispõe de um modelo de estrutura matricial (fig. 1) que permite ao OADRL uma posição de referência na entidade, adotando um vínculo diretamente subordinado à Presidência.

Figura 1 – Organograma da CCDR-LVT



Fonte: CCDR-LVT, Orgânica

1.3. ESTÁGIO CURRICULAR NA CCDR-LVT

1.3.1. ÂMBITO E OBJETIVOS

A Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo de 2014 (Lei nº 31/2014, de 30 de maio), originou a

reafirmação de obrigações gerais em várias unidades orgânicas da CCDR-LVT, nomeadamente a definição de indicadores de execução de programas e planos territoriais, para um reforço da monitorização e avaliação de instrumentos de gestão territorial. Neste âmbito, o OADRL reforça, entre os objetivos anteriormente enumerados, a gestão de um sistema de informação regional baseado na análise estatística de indicadores, que permita o acompanhamento das dinâmicas regionais nos domínios social, económico e territorial, para a monitorização da estratégia regional e dos instrumentos de gestão territorial. Assim, entre as funções do OADRL que foram reforçadas, destacam-se a promoção de estudos e iniciativas de análise sobre o desenvolvimento económico, social e territorial ao nível regional e sub-regional, essenciais ao acompanhamento das dinâmicas territoriais que auxiliem a monitorização e avaliação de instrumentos de gestão territorial e de políticas públicas da competência da CCDR-LVT.

Em paralelo, emerge a necessidade de alargar o conhecimento, sobre a Região LVT. Desta forma, pretende-se que a CCDR-LVT reúna a informação relevante para o exercício das suas competências, ao nível da caracterização, planeamento e monitorização das dinâmicas regionais, através de indicadores de desenvolvimento e acompanhamento regional.

De modo análogo, exige-se um serviço público mais ativo, disponibilizando informação atualizada, com rapidez e acessível aos agentes e à comunidade em geral. Em acréscimo, a relevância da informação territorial disponibilizada deve responder aos problemas e desafios evidenciados, proporcionando conhecimento útil e adequado aos utilizadores interessados.

Assim, o presente estágio pretende apresentar informação atualizada sobre as dinâmicas regionais, considerando a organização administrativa do território em análise, particularmente a revisão das Nomenclaturas de Unidades Territoriais de 2013 (NUTS 2013), definida pelo Regulamento da União Europeia nº868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 (ver em anexo I).

A proposta “Atlas da Região de Lisboa e Vale Tejo” estruturava-se em 4 grandes capítulos: **I** – Enquadramento; **II** – Território; **III** – Pessoas; **IV** – A Região - Desenvolvimento e Coesão.

No início (julho de 2015), o estágio curricular focalizou-se na realização dos capítulos III – Pessoas e IV – A Região: Desenvolvimento e Coesão. Mais especificamente pretendia-se estabelecer e apresentar um conjunto de indicadores temáticos relativos a Dinâmicas Populacionais, Condições de Vida, Economia e Turismo e Cultura, aplicados à Região LVT (capítulo III), bem como refletir sobre indicadores que expressassem o desenvolvimento e a coesão territorial, resultantes da aplicação das políticas públicas associadas aos dois últimos quadros comunitários [Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN – (2007-2013); III Quadro Comunitário de Apoio – QCAIII – entre (2000 e 2006)].

A saída da orientadora de estágio do mestrando, em dezembro de 2015, originou a substituição, em Janeiro de 2016, por nova orientadora com competências distintas. Este período intercalar foi caracterizado por um ajustamento facilitado pelo apoio constante de ambas mas, em simultâneo, obrigou a uma clarificação da estrutura e planeamento do estágio curricular. Deste modo, o contributo do mestrando sofreu adaptações, concentrando-se no capítulo III e com alterações no respetivo conteúdo. Em acréscimo, refere-se que a elaboração dos capítulos I, II e IV não foi inserida no planeamento do trabalho a desenvolver.

Assim, com o objetivo de conciliar os novos interesses da entidade, nomeadamente o empenho em adaptar o objeto inicial de estágio e conteúdos entretanto desenvolvidos com as competências da atual orientadora, definiu-se um novo planeamento dos assuntos a desenvolver no estágio curricular:

- A. Caracterização geográfica da Região de Lisboa e Vale do Tejo e sua contextualização às escalas europeia, nacional e regional (municípios e NUTSIII - Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas III).
- B. Seleção, recolha, tratamento e representação gráfica de 58 Indicadores de Contexto de um universo de 145 indicadores definidos pelo Grupo de Trabalho Portugal 2020/Indicadores (GTPT2020), disponíveis para a Região em estudo.
- C. Reflexão e representação gráfica de indicadores referentes às metas estratégicas de Portugal e da União Europeia para a Estratégia Europa 2020.

- D. Constituição de índices sintéticos de desenvolvimento territorial, resultantes da agregação da seleção anterior de indicadores.
- E. Elaboração de fichas de todos os indicadores selecionados e constituídos, com a referente representação gráfica (ou cartográfica), de modo a ilustrar concisamente a informação pretendida pelo indicador.

1.3.2. METODOLOGIA

Primeiramente, em julho de 2015 e, com a coordenação geral do Presidente da CCDR-LVT, a elaboração do “Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo”, onde se insere o estágio curricular, foi atribuída a uma equipa composta por:

- Equipa interna à entidade, formada pelas técnicas Ana Sofia Sampaio e Florinda Oliveira (orientadora), sem prejuízo da colaboração de outros elementos cruciais;
- Elemento externo à entidade: o mestrando e estagiário Nuno Pires.

Neste aspeto salienta-se o contributo do estagiário para contextualizar a Região LVT ao nível regional e nacional, bem como, recolher os indicadores que abrangessem a caracterização económica e sociodemográfica e respetiva evolução das dinâmicas regionais. A recolha baseou-se em fontes de pesquisa interna, nomeadamente, no Sistema de Informação Estatísticas Regionais (SIER) inerente à CCDR-LVT, e em fontes de pesquisa externa como as publicações estatísticas oficiais provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata (Fundação Francisco Manuel dos Santos) e Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia).

Simultaneamente, a informação estatística recolhida é tratada, sob o formato de tabelas, em folhas de cálculo *Microsoft Office Excel*, devidamente desagregadas a nível espacial, pela Região LVT (em NUTS III e município), e a nível temporal, de modo a facilitar a leitura coerente e comparável dos indicadores.

A partir de janeiro de 2016, com a saída da orientadora Florinda Oliveira e atendendo ao trabalho de estágio já desenvolvido, procurou-se ajustar um planeamento mais objetivo e realizável no período estabelecido para o estágio. Por

isso, realça-se a divisão de metodologia utilizada para a elaboração do referido ponto B, em três grandes parâmetros: Seleção de indicadores de Contexto; Recolha e tratamento de dados; Apresentação da informação a divulgar.

Relativamente ao parâmetro seleção de indicadores de contexto a utilizar, tomou-se por base o conjunto de indicadores selecionados pelo GTPT2020. Neste aspeto, o referido Grupo de Trabalho, presidido pelo INE e composto por entidades, entre as quais a CCDR-LVT, representada pela atual orientadora de estágio, Dra. Alexandra Almeida (Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional), selecionaram um sistema de Indicadores de Contexto e Resultado para monitorização e avaliação do Portugal 2020 e respetivos Programas Operacionais. Em função desta escolha de indicadores e, atendendo à recolha inicialmente efetuada, o mestrando procedeu a uma nova triagem mais objetiva, identificando 58 indicadores de relevância e disponibilidade temporal e geográfica compatível com o objeto em estudo.

A seleção dos 58 indicadores, a partir do universo de 145 do GTPT2020, atendeu aos objetivos estratégicos e eixos prioritários definidos pelo Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 (PORL2020³), envolvendo os interesses funcionais da CCDR-LVT, e privilegiou indicadores específicos, para apoio na monitorização do programa. Tais indicadores foram, ainda, objeto de aprovação pela atual orientadora Dra. Alexandra Almeida e pela atual responsável pelo OADRL (Dra. Fernanda do Carmo).

Em seguida promove-se nova recolha de dados, referente aos indicadores selecionados que, não integrando a recolha inicial, detinham relevância complementar ao conjunto de indicadores a apresentar. Refere-se que tais dados são disponibilizados quer pela própria entidade CCDR-LVT, como também através de informação estatística oficial fornecida por publicações nacionais (Pordata e INE) e, adicionalmente, pelo Eurostat, a nível europeu.

No ponto seguinte, surge o tratamento da informação estatística recolhida e respetiva análise, tomando por base o conjunto de indicadores de contexto

³ PORL2020, disponível em: <http://lisboa.portugal2020.pt/>

selecionados e organizados pelos 4 domínios temáticos do Portugal 2020 (anexo II tabela):

- Competitividade e Internacionalização (CI)
- Inclusão Social e Emprego (ISE)
- Capital Humano (CH)
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (SEUR)

De modo idêntico, a análise e tratamento de informação recolhida envolve a utilização do *software* de cálculo e análise estatística *Microsoft Office Excel*, com o fim de trabalhar indicadores ao nível das sub-regiões NUTS III e, quando possível, ao nível do município. Além disso, salienta-se a preocupação por uma análise temporal uniforme dos indicadores, que permita a comparabilidade e evolução das diversas regiões, sub-regiões ou municípios considerados.

Para complementar o tratamento da informação, e tomando por base a pesquisa adequada, refere-se a conceção e o preenchimento de fichas, que organizam resumidamente a informação para cada indicador (ponto E).

Além disso, realça-se a constituição de (indicadores compósitos ou) índices sintéticos de desenvolvimento territorial, resultantes da agregação dos indicadores anteriormente selecionados, de modo a resumir, por generalização, a respetiva informação estatística a desenvolver e apresentar (ponto C). A estrutura dos índices sintéticos baseia-se no processo de formação dos Índices Sintéticos de Desenvolvimento Regional (ISDR) efetuados pelo INE. Assim, refere-se que a constituição dos índices assenta no método da normalização dos dados, posteriormente explicitado no capítulo 3.3. *Aplicação de Índices de Desenvolvimento Territorial*.

No último ponto surge a apresentação da informação, alicerçada em gráficos e/ou tabelas em *Microsoft Office Excel*, bem como em cartografia com recurso a ferramentas SIG – Sistema de Informação Geográfica – (ArcGis), respeitantes à Região LVT (ponto D), evitando o recurso ao texto. Desta forma, com o intuito de disponibilizar informação cartográfica e estatística perceptível, considera-se a apresentação da escala de análise desagregada por sub-regiões NUTS III e, quando

possível, ao nível do município, permitindo a coerência da maioria dos dados estatísticos apresentados, ao nível da análise espacial. Tal critério satisfaz a generalidade das dinâmicas regionais a apresentar, porém não impede que alguns sejam apenas disponibilizados à escala NUTS II, o que inviabiliza a comparação espacial com a maioria dos indicadores selecionados. Apesar disso, refere-se a possibilidade e pretensão de apresentar uma análise global das sub-regiões integradas na área de estudo.

No âmbito da aquisição de competências para a utilização de ferramentas SIG, o mestrando efetuou o curso de formação “ArcGis 10.2 – Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica”, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – UNL. Em simultâneo, realizou o trabalho de estágio, onde lhe foi facultada formação de teor mais prático em *ArcGIS*, pela Dra. Ana Sampaio na CCDR-LVT.

Em suma, a informação a apresentar, referente aos indicadores que espelham as dinâmicas regionais em estudo, engloba: indicadores de contexto selecionados do GTPT2020; índices sintéticos de desenvolvimento territorial, alusivos aos Domínios Temáticos Portugal 2020; indicadores relativos às metas estratégicas para Portugal, de acordo com a estratégia Europa 2020.

No que respeita ao presente relatório de estágio, nomeadamente no âmbito teórico, refere-se a conceptualização da coesão territorial e a respetiva reflexão de índices e indicadores (posteriormente aplicados à RLVT, no presente caso de estudo), tendo por base a pesquisa em fontes literárias e publicações oficiais mencionadas na bibliografia. Em acréscimo, salienta-se a consulta de legislação nacional e europeia, crucial para o enquadramento legal do projeto.

1.4. OBJETIVOS DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

As adaptações ocorridas no conteúdo de estágio, geraram ajustamentos necessários aos objetivos definidos inicialmente para o relatório de estágio. Desta forma, destacam-se como propósitos teóricos e práticos (caso de estudo), a cumprir ao longo do presente relatório:

- Contextualizar a Região LVT, às escalas europeia, nacional e regional;
- Caracterizar a evolução económica e sociodemográfica da RLVT;
- Explicitar o processo de seleção, recolha, tratamento e representação gráfica de Indicadores de Contexto, provenientes do GTPT2020, para a Região em estudo;
- Analisar os indicadores referentes às metas estratégicas de Portugal e da União Europeia para a Estratégia Europa 2020;
- Discutir o conceito de coesão e desenvolvimento territorial bem como a sua aplicação ao nível da Região LVT;
- Constituir e analisar índices sintéticos de desenvolvimento territorial para a Região LVT, baseados nos domínios temáticos do Acordo de Parceria Portugal 2020;
- Apresentar as fichas dos indicadores selecionados, de modo a resumir a informação pretendida pelo indicador;
- Identificar as potencialidades e limitações de indicadores e índices de desenvolvimento territorial;
- Relacionar a aplicação de Apoios Comunitários, ao nível do QREN e do Acordo de Parceria Portugal 2020, com a coesão e desenvolvimento territorial;
- Integrar conhecimentos teóricos e competências técnicas, proporcionadas pela experiência profissional, no âmbito do estágio curricular.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A elaboração do presente relatório de estágio é fundamentada em conteúdo teórico, constituindo o suporte para a componente prática realizada no âmbito do estágio curricular. Desta forma, de acordo com os objetivos teóricos propostos, procura-se conceptualizar a coesão e o desenvolvimento territorial e refletir sobre a respetiva importância teórico-metodológica na construção e utilização de indicadores e índices. De igual modo, pretende-se relacionar a evolução da aplicação de Apoios Comunitários, (QREN e Portugal 2020), com a respetiva relevância em termos de desenvolvimento e coesão territorial.

2.1. COESÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A Coesão Territorial tem assumido importância crescente em debates e formulação de políticas públicas, nomeadamente no contexto europeu. Em 1997, no Tratado de Amesterdão⁴, surge a primeira referência formal, procurando introduzir a dimensão territorial na agenda política europeia e de cada Estado-Membro. Contudo, segundo Santinha e Marques (2012) existem ocorrências recentes que consubstanciam maior objetividade na respetiva conceção e implementação, entre as quais:

- Publicação da Agenda Territorial da União Europeia 2007-2013, em 2007, com “recomendações para estimular a competitividade e a sustentabilidade dos territórios europeus” (Araújo, 2014, p. 1), concentrando-se na relação policêntrica e na coordenação entre os vários tipos de regiões. Aqui, o conceito de coesão territorial, intrínseco à dimensão social e económica, foca-se em implementar políticas adequadas de resposta a desafios territoriais. Deste modo, a política de coesão territorial pretende contribuir “para um desenvolvimento mais equilibrado, reduzindo disparidades existentes e adaptando políticas sectoriais” (Parlamento Europeu, 2007, p. V).

⁴Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Tratado de Amesterdão (1997). Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf

- Publicação do Livro Verde sobre a Coesão Territorial [Comissão das Comunidades Europeias (CCE), 2008] pela Comissão Europeia, com base no debate público entre os Estados-Membros. A reflexão inicia-se em 2006, com o realce da coesão territorial nas Orientações Estratégicas Comunitárias (OEC), aprovadas pelo Conselho, de modo a favorecer o crescimento, o desenvolvimento rural e a articulação (a diferentes escalas) em todo o território europeu. Assim e, baseado no princípio da “conversão da diferença em vantagem” (CCE, 2008, p. 3), o Livro Verde em 2008 lança o conceito policêntrico de coesão territorial como desenvolvimento harmonioso de todos os territórios, a fim de recolher o melhor de cada um. Além disto, realça-se a pretensão de coesão territorial “interligar eficácia económica, coesão social e equilíbrio ecológico, fazendo do desenvolvimento sustentável o pilar da elaboração de políticas” (CCE, 2008, p. 3). Por sua vez, a publicação estabelece “três eixos de ação” (Araújo, 2014, p. 2): concentração (ultrapassar as diferenças de densidade), conexão (suavizar as distâncias) e cooperação (favorecer a articulação a diferentes escalas).
- Entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 2009, onde a União Europeia introduz oficialmente a “dimensão Territorial como terceiro pilar da Coesão” (Araújo, 2014, p. 2), além das dimensões económica e social. Assim refere-se, de acordo com o artigo 174º e 175º do Tratado de Lisboa – Versão Consolidada, que a UE aponta ao equilíbrio das respetivas regiões (rurais, industriais, e com limitações à fixação da população). Para isso, a UE dispõe de apoios concretizados em “fundos com finalidade estrutural (...) e dos demais instrumentos financeiros existentes” (Assembleia da República, 2008, p. 160). Contudo, para ações não integradas nestes apoios, cabe ao Parlamento Europeu e ao Conselho aprovar os mecanismos necessários à sua concretização. De igual modo, cabe aos Estados-Membros a “formulação e concretização de políticas, bem como a realização de um mercado interno” (Assembleia da República, 2008, p. 160), com o fim de atingir os objetivos enunciados. Além disto, a Comissão Europeia fica vinculada à apresentação trianual “ao Parlamento Europeu,

ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões um relatório sobre os progressos registados na realização da coesão económica, social e territorial” (Assembleia da República, 2008, p. 160).

- Publicação em 2010 da “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, pela Comissão Europeia, com o intuito de relançar a economia europeia, sendo que a coesão territorial surge como um dos principais objetivos a atingir. Aqui a Estratégia Europa 2020 detém como eixos nucleares o crescimento e o emprego, assumindo como prioridades criar condições, de acordo com Araújo (2014) e Comissão Europeia (2010), para:
 - Crescimento Inteligente, assegurando o crescimento económico através do investimento em conhecimento, investigação, inovação e competitividade;
 - Crescimento Sustentável, ancorando o crescimento à sustentabilidade mediante a transição para uma economia europeia de baixo teor de carbono;
 - Crescimento Inclusivo, promovendo a coesão através da aposta na criação e acesso ao emprego e em reduzir a pobreza.

Para isso, o documento define cinco objetivos principais, para os Estados-membros, a atingir até ao final de 2020 no âmbito de: “emprego, investigação e inovação, alterações climáticas e energia, educação e luta contra a pobreza” (Comissão Europeia, 2010, p. 3). A Coesão Territorial emerge no documento pela vertente do crescimento inclusivo, tomando por base a aposta no “acesso e a igualdade de oportunidades para todos ao longo da vida” (Comissão Europeia, 2010, p. 21) e em todas as regiões europeias. Aliado a tal, salienta-se a coordenação das medidas políticas entre a UE e os governos de cada Estado-Membro, estabelecendo-se um Acordo de Parceria para cada país.

- Agenda Territorial da União Europeia 2020, publicada em 2011, resultante da Estratégia Europa 2020, sendo a revisão da primeira Agenda. Este novo documento concede indicações estratégicas para a coesão territorial, a fim de assegurar a aplicação da Estratégia Europa 2020, tendo por base “a

integração da dimensão territorial nas diferentes políticas” (Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento e Planeamento Territorial da União Europeia, 2011, p. 3) de áreas setoriais e regionais. A Agenda defende a coesão territorial como “conjunto de princípios ao desenvolvimento territorial sustentável (...) e equilibrado” (Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento e Planeamento Territorial da União Europeia, 2011, p. 3). Reforça, ainda, uma abordagem horizontal, com base no local, valorizando os recursos que contribuem para a respetiva competitividade.

Verifica-se assim, que houve uma evolução no que concerne ao conceito e à aplicação de políticas para a promoção da coesão territorial, nomeadamente ao nível institucional da União Europeia. Porém, com o intuito de clarificar a concetualização da coesão territorial, importa referir contributos teóricos e metodológicos de autores com obras e publicações de relevo, sobre o tema.

Em primeiro ponto, Camagni salienta a importância da sustentabilidade na coesão territorial, defendendo uma “distribuição espacial das atividades humanas ordenada, eficiente em recursos de reduzido impacto ambiental” (Camagni, 2005, p. 9).

O autor defende a valorização de cada território (Eficiência), bem como a partilha do respetivo valor acrescentado, tendo em vista um desenvolvimento integrado (Identidade). Contudo, para tal acontecer realça a utilidade de comparar o nível de vida dos vários territórios (Qualidade), mediante a mensuração necessária de coesão territorial (Camagni, 2005). Indica, ainda, a ineficácia da Comissão Europeia em adotar uma metodologia de mensuração, embora constitua um processo complexo e limitado, devido à indefinição e amplitude do conceito.

Uma nova dimensão é acrescentada ao debate de coesão territorial, por Davoudi, assentando em modelos sociais, na medida em que o acesso a oportunidades é moldado pela “qualidade e localização dos lugares e territórios” (Davoudi, 2007, p. 3). Neste sentido, o conceito de coesão territorial espacializa os desafios que os indivíduos enfrentam, a fim de constituir a interdependência dos territórios. Importa referir que o autor aplica os princípios dos modelos sociais não só aos indivíduos, como

também aos lugares e/ou territórios, uma vez que os vários modelos sociais permitem a estratificação social dos indivíduos, bem como a “estratificação territorial” (Davoudi, 2007, p. 3) e funcional dos vários lugares.

Deste modo, o autor defende que a coesão territorial deve abranger a medição das políticas incluindo os seus desempenhos nos territórios, bem como os seus efeitos setoriais.

Por sua vez, Farrugia e Gallina realçam a importância da diversidade para a obtenção de “vantagens competitivas” (Farrugia e Gallina, 2008, p. 4), dos vários territórios. Assim, é necessária a integração e a cooperação entre as regiões, com base na “governança territorial”, por forma a atingir maior equilíbrio na competitividade. De destacar que a governança territorial é mencionada pelos autores como um instrumento de parceria fulcral para a coesão territorial, envolvendo um “processo de diálogo entre todos os agentes interessados (*stakeholders*) no desenvolvimento territorial” (Farrugia e Gallina, 2008, p. 22). Esta articulação entre as várias dimensões intervenientes (autoridades locais, nacionais e comunitárias, comunidades e regiões) pretende estabelecer compromissos de ação adaptados, de modo a promover a harmonia dos territórios.

Por seu turno, num texto da Comissão Europeia, Ferrão afirma que o conceito só faz sentido se integrar as “referências políticas” relativas ao âmbito territorial europeu. Considera, ainda, que coesão territorial:

- “não pode ser associada a um único objetivo;
- não é apenas (é mais do que) uma questão de equidade territorial;
- não se refere a uma política autónoma específica
- não se reduz à política de coesão” (CE, 2009, p. 6 e 7).

Assim, Ferrão contraria Davoudi ao indicar uma visão mais política, aludindo a coesão territorial como “princípio transversal da ação política na União Europeia” (CE, 2009, p. 6). Além disto, Ferrão defende a coesão territorial como articulação das vantagens competitivas de cada região, apontando para a definição de uma estratégia comum.

Por sua vez, Faludi e Peyrony defendem que coesão territorial consiste em “assegurar a equilibrada - e não igual - distribuição espacial de atividades e pessoas, promovendo a interdependência entre regiões e, consequente coerência global das políticas” (Faludi e Peyrony, 2011, p. 5). Desta forma, os autores ressaltam que a coesão territorial não retrata apenas o desenvolvimento do território em si, como também a integração de territórios e atividades humanas, a diferentes escalas.

No que concerne à UE, os autores salientam a vertente socioeconómica de coesão territorial, nomeadamente, a possibilidade dos cidadãos e empresas beneficiarem da integração europeia através da circulação de uma moeda única no espaço europeu. Os autores indicam, também, a sustentabilidade do território como componente central, firmada na valorização do “capital territorial do lugar” (Faludi e Peyrony, 2011, p. 5), bem como o equilíbrio entre as necessidades e oportunidades económicas e sociais de cada Estado-Membro.

Em análise aos conceitos defendidos pelos autores referenciados, conclui-se que a coesão territorial é amplamente definida como a vivência equilibrada da população “num território, onde é possível o acesso a serviços de interesse económico geral” (Farrugia e Gallina, 2008, p. 4). Contudo, este conceito torna-se “suficientemente vago” (Camagni, 2005, p. 6) face à sua importância e especificidade. Embora urja a necessidade de o tornar mais objetivo e claro, o problema foca-se antes nas ramificações que cada autor confere ao conceito, como verificado nas referências anteriores, o que origina ambiguidade no que se está a retratar.

Contudo, regista-se a percepção de que alguns autores procuram complementar definições já existentes, apesar dos distintos significados atribuídos a coesão territorial. Isto acontece porque não existe uma clara concetualização oficial, nomeadamente ao nível da UE, embora se compreenda que a evolução do contexto envolvente interfira em tal temática. Nasce assim outro problema, uma vez que a UE não faz qualquer menção a “indicadores específicos para medir (e monitorizar) coesão territorial” (Farrugia e Gallina, 2008, p. 8), o que torna difícil analisar e aplicar o conceito.

Desta forma, assume-se a preocupação de estabelecer objetivos à coesão territorial, de acordo com o modelo SMART, isto é, abranger propósitos:

- “Específicos (Specific)
- Mensuráveis (Measurable)
- Atingíveis (Attainable)
- Relevantes (Relevant)
- Temporizados (Timed)” (Ehler & Douvere, 2009, p. 41).

Por outro lado, entende-se a relação intrínseca dos conceitos de desenvolvimento territorial e coesão territorial, pois não sendo iguais, complementam-se. Deste modo, o desenvolvimento territorial consiste em estabelecer e aplicar mecanismos necessários ao crescimento integrado de determinado território, mediante prioridades de intervenção que confirmem como meta a coesão territorial. Para tal concretização, é estabelecido um conjunto de princípios (coesão territorial) à aplicação do desenvolvimento territorial, ilustrando o ciclo que a figura 2 demonstra. Realça-se que “a coesão territorial permite a integração eficaz das diferentes agendas (económicas, ambientais, sociais e políticas), sendo traduzida pelo desenvolvimento territorial em programas específicos de investimento” (Albrechts et al., 2003; Wilkinson et al., 1999, como referido em Farrugia e Gallina, 2008, p. 28). Assim, a coesão territorial fornece, não só os princípios à resolução de desafios, como também constitui a meta ao crescimento equilibrado dos territórios.

Figura 2 – Ciclo Coesão e Desenvolvimento Territorial



Fonte: Elaboração Própria

A Política de Coesão da União Europeia, a fim de promover o desenvolvimento harmonioso das suas regiões⁵, constitui a base do modelo apresentado pela Estratégia Europa 2020 (Comissão Europeia, 2010a). Tal estratégia visa corresponder, através de um processo de governança política, a um investimento integrado para cada região em

⁵Artigo 174.º do Tratado de Lisboa, de 17 de dezembro de 2007

domínios como a competitividade e a criação de emprego, a inclusão social e a proteção do ambiente.

No que respeita à dimensão territorial da política de coesão, referem-se as orientações fornecidas pela Agenda Territorial da União Europeia 2020, pretendendo responder a problemas estruturais resultantes da recente grave crise económica, das crescentes dependências regionais, do agravamento da situação sociodemográfica e dos impactos provenientes de alterações climáticas. Para isso, são definidas “seis prioridades territoriais” (Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento e Planeamento Territorial da União Europeia, 2011, p. 6), tendo em vista a aplicação da Política de Coesão da UE, nomeadamente:

- “Promover o desenvolvimento territorial policêntrico (territórios em rede) e equilibrado;
- Estimular o desenvolvimento integrado nas cidades, no meio rural e em áreas específicas;
- Integrar as regiões funcionais transfronteiriças e transnacionais;
- Assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes;
- Melhorar a conectividade territorial para indivíduos, comunidades e empresas;
- Gerir e interligar os valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões” (Observatório do QREN, n. d., para. 3).

Posto isto, a política de coesão é elegível para todos os Estados-Membros e regiões, adaptando as respetivas estratégias em função das suas potencialidades. Contudo, o apoio varia entre as regiões da UE, mediante o seu nível de desenvolvimento económico (medido pelo PIB per capita), salientando-se a divisão das regiões em 3 categorias (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2014b, para. 12):

- “Regiões menos desenvolvidas, com PIB *per capita* < que 75% da média UE
- Regiões em transição, com PIB *per capita* entre 75% e 90% da média UE
- Regiões mais desenvolvidas, com PIB *per capita* > que 90% da média UE”

Ressalva-se que tal divisão acontece para que os apoios sejam distribuídos de forma positivamente discriminatória, isto é, para que as regiões menos desenvolvidas possam obter maior apoio, a fim de promover a convergência territorial.

2.1.1. CONCETUALIZAÇÃO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Como referido anteriormente, o desenvolvimento territorial visa estabelecer modelos operacionais de modo a alcançar a coesão territorial. Para que tal aconteça, é necessário avaliar o desempenho de determinado território, tendo por base o estabelecimento de indicadores que possibilitem a medição da coesão territorial. Refere-se, contudo, que a constituição de um conjunto de indicadores que possa satisfazer tal necessidade ainda não foi desenvolvida, uma vez que existem características díspares nos territórios, bem como ambiguidade teórica no conceito de coesão territorial, dificultando a respetiva medição (Faludi, 2004; Farrugia e Gallina, 2008).

Posto isto, verifica-se o desenvolvimento de instrumentos recentes na UE, para o estabelecimento de um conjunto de indicadores que possibilitem a medição da coesão territorial, salientando-se em 2012 o Projeto *Interco* baseado no programa ESPON 2013⁶. Tal projeto, de modo a cobrir o conceito multidimensional de coesão territorial, selecionou 32 indicadores de um conjunto de 600, compreendendo seis objetivos políticos territoriais: “economias locais fortes que garantam a competitividade (...); territórios inovadores (...); acesso justo aos serviços, mercados e empregos (...); inclusão e qualidade de vida (...); regiões atrativas de alto valor ecológico (...); desenvolvimento territorial policêntrico integrado” (Dao, et al., 2012, p. 3). Refere-se que os indicadores estabelecidos são de cariz político, permitindo medir os resultados de ações sobre as quais detenham influência. Contudo, considera-se ser mais adequado medir a coesão territorial segundo indicadores de contexto, na medida

⁶ O ESPON 2013 (Rede Europeia de Observação do Desenvolvimento e da Coesão Territorial) pretende apoiar o desenvolvimento de políticas que promovam a coesão territorial. Detém como parceiros a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE-27, acrescentados pela Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça

que estes permitem interpretar os desempenhos dos territórios face às suas características (Dao, et al., 2012).

Deste modo, emergem os indicadores de contexto de desenvolvimento territorial referidos no presente trabalho, a fim de abordar informalmente a medição da coesão territorial para a Região em estudo. Porém, para compreender a metodologia utilizada, é primordial definir o que são indicadores e quais os seus propósitos.

O indicador é um “bem de Informação” (Mourão, 2006, p. 79), referenciado como medida estatística ou “série quantitativa de dados (indicador quantitativo), ou uma série de evidência ou percepções postuladas sobre a realidade (indicador qualitativo)” (Mourão, 2006, p. 80), sendo motivo crescente de estudo e utilização, num vasto conjunto de áreas e contextos. Por sua vez, Romero, et al. (2005) afirmam que os indicadores são estatísticas relativas a tendências e/ou factos tratados, “medidas ao longo do tempo e mensuradas em determinado espaço” (p. 4). Já Mitchell (1996) defende que um indicador é “uma ferramenta para produzir informação” (p. 2) visando, geralmente, promover a ação. Refere-se ainda que, de acordo com “Mueller *et al.* (1997), um indicador pode ser um dado individual ou um agregado de informações, sendo que um bom indicador deve conter os seguintes atributos: simples de entender; quantificação estatística e lógica coerente; e comunicar eficientemente o estado do fenómeno observado” (referido em Siche, *et al.*, 2007 p. 139).

Assim, embora o conceito de “indicador” seja alvo de numerosas análises, não se verifica a indefinição presente no conceito “coesão territorial”, uma vez que existe uma definição oficial, ao nível da Comissão Europeia, a partir da qual os investigadores ensaiam os seus estudos. Assim, os “indicadores” consistem num amplo mecanismo de comunicação da informação (estatística), na medida em que fornecem orientações (tendo em conta objetivos que se pretendem atingir), são um recurso basilar para a tomada de decisões, permitem que sejam feitas avaliações e comparações (temporais e territoriais, entre políticas e programas), baseando-se em maior simplificação, fiabilidade e relevância (Comissão Europeia, 2014; Eurostat, 2014).

Por outro lado, de acordo com a Comissão Europeia (2014), os indicadores comportam limitações à sua utilização, uma vez que apenas aludem a determinado

facto, não o esclarecendo. Desta forma, o mesmo indicador pode permitir diferentes interpretações, enviesando a informação apresentada. Além disto, a pretensão de simplificar fenómenos complexos remete para uma escolha subjetiva de indicadores representativos, bem como, para a possível ocultação de parâmetros em estudo. Refere-se, ainda, a complexidade de mensuração, dificultada pela indisponibilidade de certos dados ou pela variação das metodologias utilizadas, o que torna ambígua a relação e/ou comparação de determinados indicadores (Sousa, 2014).

No que respeita à operacionalização dos indicadores, é possível distinguir entre indicadores descritivos ou de contexto, “usados para descrever determinado fenómeno ou tendência” (Comissão Europeia, 2014, p. 11), e indicadores de desempenho, capazes de “avaliar determinado progresso face a objetivos ou políticas estabelecidas” (Comissão Europeia, 2014, p. 11). Porém, tais indicadores podem ser úteis em conjunto, na medida em que se pretenda medir o desempenho face a determinado objetivo e, simultaneamente, contextualizar ou explicar a situação retratada (Comissão Europeia, 2014; Dao, 2012).

Para melhor compreender as suas aplicações, torna-se necessário conhecer o enquadramento das respetivas utilizações. Assim, como exemplo referente ao presente trabalho salienta-se que os indicadores relativos às metas da Estratégia Europa 2020 são indicadores de desempenho, enquanto os indicadores de desenvolvimento territorial para a Região RLVT funcionam como indicadores de contexto, já que se destinam a medir as dinâmicas regionais. Tais indicadores são obtidos a partir de entidades estatísticas oficiais (Eurostat, INE), garantindo a divulgação, fiabilidade, coerência e a comparabilidade dos mesmos (Eurostat, 2014).

Assim refere-se que, os “indicadores de contexto de desenvolvimento territorial partindo da perspetiva multidimensional” (Costa e Pereira, 2013, p. 5), permitem:

- Apresentar, no “plano estratégico”, a evolução das dinâmicas do território e a orientação do investimento, possibilitando a base para estabelecer políticas;
- Desenvolver, no “plano prático”, um sistema atualizado de informação estatística útil e relevante para o utilizador.

Por outro lado, de acordo com Porteiro, Marques e Barroso (2015) realça-se que, além da tipologia definida, os indicadores detêm um papel central na configuração da informação referente ao desenvolvimento de uma intervenção. Assim, emergem a monitorização (acompanhamento da execução) e avaliação (fases do planeamento: *ex-ante*; intercalar; *ex-post*) de programas e/ou políticas. Neste âmbito, os indicadores são intrínsecos aos objetivos formulados sendo que, para “cada nível de objetivos (operacionais, específicos e estratégicos) estão associados diferentes tipos de indicadores (realizações, resultados e impacto)” (Porteiro, Marques e Barroso, 2015, p. 731), como a figura 3 indica.

Figura 3 – Relação entre objetivos e indicadores



Fonte: Elaboração Própria

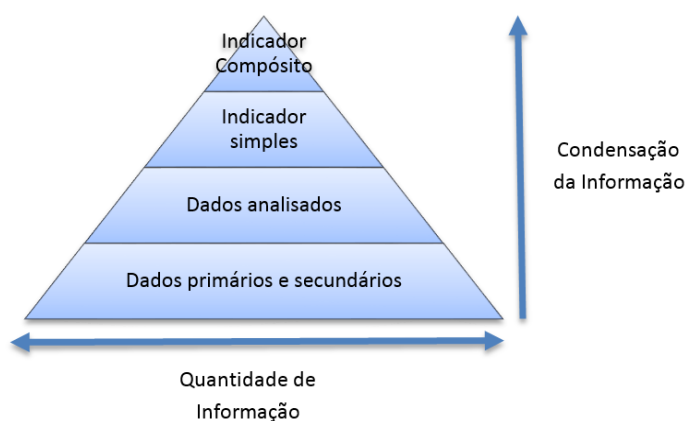
De modo particular, os indicadores de resultado pretendem “apreciar o grau de concretização dos objetivos (específicos) definidos” (Porteiro, Marques, Barroso, 2015 p. 732) e comparar o desempenho do território alvo, ao medir as respetivas dinâmicas territoriais. Já os indicadores de realização procuram avaliar e monitorizar a concretização dos programas em estudo, expressando a realização de uma ação. Por fim, os indicadores de impacto medem as consequências estratégicas (não imediatas) de determinada intervenção (QREN, 2010b). Além disto, ainda no âmbito do desenvolvimento de uma intervenção, realçam-se os indicadores de recurso que medem os recursos humanos e financeiros (inputs) utilizados em determinada política e/ou programa (Comissão Europeia, 2014).

Assim, objetivamente no quadro de intervenções comunitárias, um indicador pode ser a forma de “quantificação ilustrativa de um objetivo definido, de um recurso

mobilizado, de uma realização atingida, de um efeito obtido ou de uma variável de contexto”. (QREN, 2010b, para. 3).

No que respeita ao tratamento da informação a transmitir, o indicador pode ser categorizado em simples ou composto (QREN, 2010b), conforme demonstra a estrutura definida na figura 4:

Figura 4 – Hierarquia de Informação Estatística



Fonte: Adaptado de Comissão Europeia, Eurostat

A coesão territorial, sendo complexa e multidimensional, impõe a sua aplicação à prática, através da medição de determinado desempenho. Deste modo, estabelece-se a conjugação de indicadores que representem as diferentes dimensões em estudo, a fim de padronizar estatisticamente a coesão territorial (Araújo, 2014). Assim, a mensuração pretende simplificar o conceito mediante a aplicação de indicadores compostos ou índices sintéticos, permitindo resumir a coesão territorial numa única medida (OCDE, 2008).

De referir que a diferença entre indicador composto e índice sintético reside na metodologia utilizada. Assim, o índice sintético permite a “mensuração de conceitos teóricos subjacente numa ou várias dimensões” (Comissão Europeia, 2014, p. 17), através da agregação de indicadores com unidades de medida diferentes ou iguais. Já o indicador composto é utilizado somente para “medir conceitos multidimensionais e, muitas vezes abstratos” (Comissão Europeia, 2014, p. 17), cujos indicadores-base

possuem diferentes unidades de medida. Contudo, ao nível da operacionalização, constata-se que se torna difícil distinguir os dois conceitos.

Posto isto, de modo a obter um sistema de indicadores que ilustre a medição da coesão territorial, torna-se fulcral a fase de seleção dos indicadores a agregar. Contudo, constata-se que tal fase é subjetiva, na medida em que é possível a ocultação premeditada de informação a utilizar, manipulando a interpretação que se pretenda transmitir, nomeadamente, na orientação por políticas inadequadas ou simplistas (Comissão Europeia, 2014; OCDE, 2008).

De igual modo, constata-se a falta de transparência referente à grande variedade de abordagens metodológicas entre países ou territórios, ao nível da compilação de informação estatística. Além disto, a construção de um índice sintético carece de fiabilidade, uma vez que a metodologia de mensuração utilizada pode necessitar de princípios estatísticos (disponibilidade de dados) e/ou conceituais claros. Particularmente, a agregação de indicadores de dimensões distintas provoca o enviesamento das respetivas leituras, uma vez que a informação a transmitir por determinados indicadores apenas é possível quando analisados em separado (Comissão Europeia, 2014).

Assim, apesar das fraquezas evidenciadas na construção de índices sintéticos, são enumerados os princípios em que tal mensuração se deve basear, de acordo com Farrugia e Gallina (2008):

- Construir um índice sintético que possa ser ajustado, através da disponibilidade futura de dados estatísticos e/ou de investigações úteis ao objeto de estudo.
- Tratar cuidadosamente os resultados, tendo por base a operacionalidade do índice, a fim de cobrir adequadamente todas as dimensões em análise;
- Apesar das limitações referenciadas, deve-se tomar em consideração a utilização e partilha proveitosa de índices sintéticos de desenvolvimento territorial, em fóruns e investigações internacionais, referindo como exemplo o projeto *Interco*, ao abrigo do programa ESPON 2013.

Em suma, salienta-se que a mensuração de coesão territorial, através de indicadores, detém como funcionalidades (Farrugia e Gallina, 2008, p. 33):

- “Estabelecer metas (e/ou objetivos SMART (Ehler & Douvere, 2009))
- Divulgar informação (útil aos interessados) (*stakeholders*)
- Concentrar o debate (clarificar definições relevantes, a fim de obter uma linguagem comum)
- Promover a ideia de ação integrada (ligação entre as várias dimensões de coesão territorial)
- Monitorizar e avaliar o desenvolvimento (auxiliando na orientação e formulação de políticas e nas tomadas de decisão, mediante a interpretação da informação disponibilizada pelo indicador e/ou índice)”.

2.2. EVOLUÇÃO NA APLICAÇÃO DE APOIOS COMUNITÁRIOS (QREN E PORTUGAL 2020)

Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), programados entre 2014 e 2020, “integram instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do país e à correção das assimetrias regionais que ainda persistem” (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015, para. 1). Assim, com o objetivo de alcançar “o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável na União Europeia, foi acordado Quadro Estratégico Comum (QEC)” (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015, para. 3), a fim de coordenar os FEEI. Por sua vez, o QEC veio permitir a elaboração de um Acordo de Parceria por Estado-Membro, de negociação e apresentação obrigatória à Comissão Europeia.

O Acordo de Parceria de Portugal, consubstanciado no Programa Portugal 2020, para o período entre 2014 e 2020, sucede ao QREN que decorreu entre 2007 e 2013 (Governo de Portugal, 2014). Tal Programa é baseado nos “princípios instituídos para a implementação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial necessária para apoiar, estimular e assegurar um novo ciclo nacional de crescimento e de criação de emprego” (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015, para. 5).

De acordo com o Regulamento n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu, os FEEI alinhados na Política de Coesão para financiar o Programa Portugal 2020 são o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão (FC). Integram ainda os FEEI, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)⁷.

Os três fundos que compõem a estruturação operacional da política de coesão (FEDER, FSE, FC) organizam-se, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, em quatro Programas Operacionais (PO) Temáticos, correspondentes aos seguintes domínios temáticos:

- Competitividade e internacionalização (CI)
- Inclusão social e emprego (ISE)
- Capital Humano (CH)
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (SEUR)

Além dos referidos PO temáticos permanecem os sete PO regionais, definidos no programa QREN, (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) e um PO de assistência técnica. Deste modo, em anexo III, é discriminada a distribuição do nível financiamento atribuído para cada PO com campo de ação (total ou parcial) na RLVT (Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa e Centro), no âmbito do Portugal 2020.

No que respeita especificamente à estruturação operacional do FEADER, à luz do artigo 5º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio, este encontra-se composto em três PO, entre eles:

- Continente
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira

Por fim, no que se refere ao FEAMP, é aplicado um PO para os Assuntos do Mar, de âmbito nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio).

⁷ Regulamento n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu

Comparando o Portugal 2020 com o anterior período de apoio comunitário, verifica-se que o QREN assumiu como três grandes orientações a qualificação da população, a promoção do crescimento económico sustentado e a qualificação territorial, ao nível do reforço financeiro dos PO regionais. A execução de tais linhas estratégicas do QREN é “viabilizada pela mobilização de cerca de 21,5 mil milhões de euros” (QREN, 2010a, para. 4), sendo que o Portugal 2020 dispõe de mais 4 mil milhões de euros (Governo de Portugal, 2014). A estrutura operacional do QREN, foi assegurada pela execução de “três grandes Agendas Operacionais Temáticas:

- Potencial Humano;
- Fatores de Competitividade;
- Valorização do Território” (QREN, 2010a, para. 3).

De realçar que, além das diferentes designações estabelecidas para os respetivos Domínios e Agendas Temáticas do Portugal 2020 e QREN, verifica-se a disparidade evidenciada pelos dois programas, no que concerne ao grau de importância dado às várias temáticas. De modo específico, a dotação dos apoios por domínio temático difere nos dois programas.

Assim, é possível apurar a maior preocupação exercida para a execução dos Fundos na Agenda Temática Potencial Humano (46%), em contraste com a Temática Fatores de Competitividade (26%), no que respeita ao programa QREN (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2015). Porém, o programa atual Portugal 2020 demonstra pensamento diferente, ao registar o maior foco e dotação dos apoios para o domínio temático Competitividade e Internacionalização (41%) (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2015). Acresce ainda que, no mesmo programa, o domínio temático Capital Humano regista a menor dotação de apoios (17%), contribuindo assim para a conclusão de duas linhas de orientação distintas, no âmbito da programação do QREN e Portugal 2020 (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2015). Tal facto, porém, não invalida a hipótese de considerar a complementaridade dos objetivos estratégicos do Portugal 2020, face ao que foi executado no QREN, tendo em vista o desenvolvimento territorial do espaço europeu.

Posto isto, refere-se que a estratégia Europa 2020, onde se apoiam os princípios do Portugal2020, aposta na aplicação de linhas orientadoras com maior necessidade de intervenção, nomeadamente:

- “(Reforço do) crescimento inteligente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- (Promoção do) crescimento sustentável: promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva
- (Aposta no) crescimento inclusivo: fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial” (CE, 2010b, p. 5).

Assim, atendendo aos três princípios descritos, a Estratégia Europa 2020 estabeleceu “objetivos mensuráveis capazes de refletir a diversidade de situações nos Estados-Membros e baseados em dados suficientemente fiáveis para uma análise comparativa” (Governo de Portugal, 2014, p. 101). Por isso, Portugal dispõe de metas estratégicas para atingir até 2020, no âmbito (temático) da inovação e competitividade, do emprego e inclusão social, da qualificação da população e de uma economia sustentável.

De realçar que tais metas foram representadas sob a forma de indicadores (anexo IV), no âmbito do trabalho de estágio, sendo porém, acessórias ao desenvolvimento do respetivo relatório. Este aspeto é justificado pelo facto das metas apenas permitirem extrair informação estatística ao nível NUTS I – Portugal – o que impede a análise e monitorização das dinâmicas para a Região em estudo, embora permitam a observação de uma visão (futura) estratégica delineada para Portugal, enquadrando o nível de coesão e desenvolvimento observado no território.

Deste modo, os eixos prioritários à execução do Portugal 2020 (crescimento inteligente, inclusivo e sustentável), bem como os objetivos estabelecidos, tendo em conta a situação mais atualizada, permitem observar a maior preocupação em cumprir as metas relativas à inovação, valorização do conhecimento e competitividade e à criação de emprego e coesão, contrariamente à temática relativa ao crescimento sustentável. Tais factos podem ser justificados pelo contexto da recente grave crise

económica e social instalada em Portugal, que originou a adoção medidas de retração económica, sob o Programa de Assistência Económica e Financeira, entre 2011 e 2014.

3. CASO DE ESTUDO: DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

3.1. A REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO: O TERRITÓRIO

De acordo com o Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro (anexo V), a área de jurisdição da CCDR-LVT compreende uma área total de 12 204 Km² e 52 municípios, dispostos na figura 6, que ilustra o mapa atual da RLVT com a divisão administrativa ao nível NUTS III e municipal.

A RLVT caracteriza-se por uma localização geoestratégica de referência, constituindo a fronteira mais ocidental do Continente Europeu. A Região concentra 3,7 milhões de portugueses residentes (que nela vivem, estudam e trabalham) e cerca de metade da riqueza do país, assumindo-se como o motor do desenvolvimento nacional (CCDR-LVT, 2015).

De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003, de 26 de maio, a divisão territorial de cada país torna-se fulcral para a comparação harmoniosa de informação estatística, entre os países da União Europeia. Deste modo, a organização dos dados estatísticos constitui a base para a análise de problemáticas territoriais, bem como para a monitorização dos impactos territoriais de políticas públicas. Neste contexto surge a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), que define a divisão administrativa, do território de “cada Estado-Membro, em 3 níveis (hierarquizados e integrativos): NUTSI; NUTSII e NUTSIII” (INE, 2015, p. 7).

Em Portugal a estrutura territorial tem registado adaptações nos últimos 15 anos, justificadas por exigências inerentes ao quadro legal comunitário. Tal versão de estrutura territorial detinha o propósito de servir as áreas de atuação de cada CCDR. Contudo, até ao presente contabilizam-se duas alterações legislativas nacionais (INE, 2015) que vêm comprometer a atual correspondência entre as delimitações das desagregações territoriais com a área sob jurisdição das CCDR, inviabilizando a análise evolutiva das respetivas dinâmicas regionais (ao nível das NUTS II e NUTS III).

Em particular, refere-se que em 2001⁸, o território sob jurisdição da CCDR-LVT correspondia à desagregação NUTS II – Lisboa e Vale do Tejo – e ao município de Mação integrado na NUT III Pinhal Interior Sul e, consequentemente, na NUT II Centro. No entanto, em 2002 a alteração à organização territorial imposta pelo Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de novembro, extingue a NUTS II Lisboa e Vale do Tejo. Deste modo, a área de atuação da CCDR-LVT passou a ser composta pela NUTS II de Lisboa, que incluía as NUTS III Grande Lisboa (nove municípios) e Península de Setúbal (nove municípios), bem como por parte do território da NUTS II Alentejo, correspondente à NUT III Lezíria do Tejo (onze municípios), e por parte da área da NUTS II Centro, coincidente com as NUTS III Oeste (doze municípios), Médio Tejo (dez municípios) e Pinhal Interior Sul (dos cinco municípios somente Mação era incluído).

De realçar que, de acordo com a Lei nº 21/2010, de 23 de agosto, registou-se nova alteração na organização administrativa da área de jurisdição da CCDR-LVT, ao nível de NUTS III, uma vez que o município de Mação foi transferido do Pinhal Interior Sul para o Médio Tejo (fig. 5). Esta alteração não foi ponderada para efeitos de produção e difusão do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Já em 2013, no contexto da aplicação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (aprovação do estatuto de entidades intermunicipais), Portugal solicitou à Comissão Europeia nova reformulação extraordinária da estrutura administrativa territorial. Deste modo, pretendeu-se que as novas alterações incorporassem a correspondência territorial das NUTS III com as delimitações territoriais estabelecidas para as Entidades Intermunicipais [onde se incluem as Comunidades Intermunicipais (CIM) e as Áreas Metropolitanas]. Assim, tem origem a nova organização administrativa de NUTS (2013), determinada pelo Regulamento (CE) nº 868/2014, de 8 de agosto, tendo começado a ser aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu a 1 de janeiro de 2015 (INE, 2015).

Referem-se os limites demográficos, aplicados no quadro legal comunitário, que permitem balizar a população residente por nível de NUTS. Assim cada NUT I compreende entre 7 e 3 milhões de indivíduos, já as NUTS II englobam entre 3 milhões

⁸ Decreto-Lei nº46/89, de 15 de fevereiro e revisão legal em Decreto-Lei nº317/99, de 11 de agosto

e 800 mil indivíduos. Por fim, as NUTS III detêm valores entre 800 mil e 150 mil habitantes (INE, 2015).

Assim, de acordo com o INE e com a versão NUTS 2013, a divisão administrativa do território português manteve a delimitação territorial das três NUTS I (Continente, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores), bem como das sete NUTS II definidas na versão 2002 (Norte, Centro, Alentejo, Lisboa, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores). Salienta-se que a versão NUTS II (2002) Lisboa sofreu alteração de denominação, para Área Metropolitana de Lisboa, mantendo os limites territoriais. No que respeita às NUTS III, registou-se uma diminuição de 30 para 25 unidades administrativas no território português em 2013 (INE, 2015).

De modo análogo, a área de atuação da CCDR-LVT regista modificações administrativas, preservando as delimitações ao seu território (fig. 5 e fig. 6). No que concerne às alterações presentes na versão de NUTS 2013 refere-se que, como indicado anteriormente, a NUTS II Lisboa passa a designar-se Área Metropolitana de Lisboa, agregando as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal numa só NUTS III – Área Metropolitana de Lisboa – coincidente com a nova NUTS II. De referir a extinção da NUTS III Pinhal Interior Sul, originando a inclusão dos municípios Vila de Rei e Sertão à NUTS III Médio Tejo, como disposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As restantes NUTS III Oeste e Lezíria do Tejo mantiveram as suas unidades administrativas e territoriais inalteradas (INE, 2015).

Posto isto, conclui-se que a reformulação das NUTS no território português, em 2013, não beneficiou o exercício das competências territoriais da CCDR-LVT, nomeadamente nas áreas de ordenamento do território e gestão de fundos. Aliado a tal aspeto salienta-se que, para efeitos de políticas e apoios comunitários, a UE apenas detém uma abrangência territorial à escala NUTS II, como referenciado ao nível dos PO⁹, o que inviabiliza uma análise territorial mais detalhada e multiescalar, necessária à área de jurisdição da CCDR-LVT.

⁹ Regulamento n.º 1303/2013 de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu; Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio

Desta forma, tal preocupação é refletida na análise da informação estatística da Região, onde se pretende harmonizar os respetivos dados estatísticos a nível temporal e espacial.

Por isso, o processo de seleção e recolha da informação estatística procurou a correspondência entre a fonte de dados e a área de estudo, procedendo à desagregação por município ou NUTS III, com o menor risco de desfasamento possível. Deste modo, a nível municipal, o processo de tratamento de informação é assegurado pela manutenção da respetiva delimitação territorial. No caso de a informação corresponder ao nível de desagregação NUTS III, a versão 2002 surge como a mais adequada, embora não represente a reorganização do território mais atual.

O recurso à versão NUTS III (2002) justifica-se por ocorrer um menor desfasamento na organização administrativa do território face à área de jurisdição da CCDR-LVT, relativamente à versão NUTS III (2013). Em particular, constata-se que a NUTS III Médio Tejo possui maior sensibilidade, sendo a única que tem registado alterações quanto aos municípios que a integram. Assim, embora a versão 2002 não inclua o município de Mação na respetiva NUTS III, verifica-se que a versão 2013 detém maior desfasamento ao integrar Sertão e Vila de Rei, já que tais municípios não englobam a área de jurisdição da CCDR-LVT.

De realçar que a anexação de NUTS 2002 e NUTS 2013 em determinado indicador, de modo a deter maior abrangência temporal, apenas é possível quando se utilizam dados absolutos.

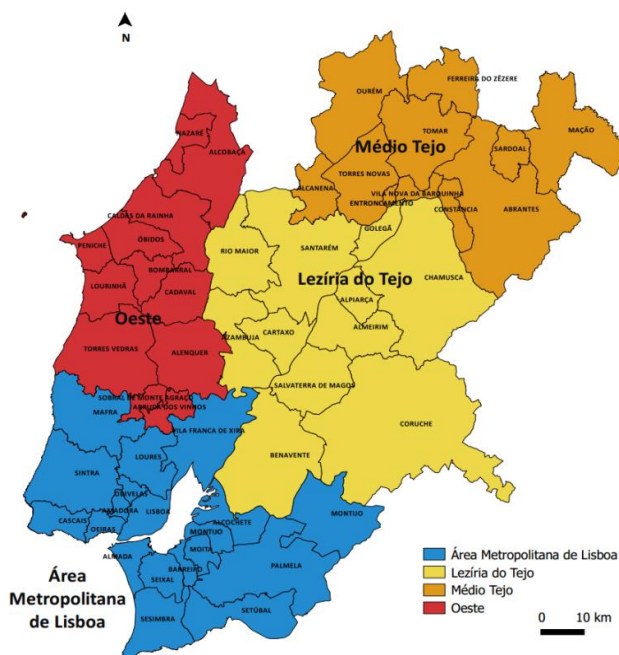
No que respeita à apresentação da informação, embora a utilização maioritária dos dados estatísticos sob a versão NUTS 2002, refere-se que as unidades territoriais em estudo adotam a sua designação mais recente (versão NUTS 2013). De modo particular, as NUTS II e NUTS III Área Metropolitana de Lisboa, substituindo a anterior designação (versão 2002) de NUTS II Lisboa, como demonstram as figuras 5 e 6. Deste modo, pretende-se favorecer uma leitura mais atualizada sem, contudo, enviesar a abrangência dos respetivos dados estatísticos, uma vez que os limites territoriais inerentes à versão 2002 permanecem inalterados face à versão 2013.

Figura 5 – Área de Jurisdição da CCDR-LVT segundo as NUTS 2002 (a partir de 2010)



Fonte: Elaboração Própria

Figura 6 – Área de Jurisdição da CCDR-LVT segundo as NUTS 2013



Fonte: Elaboração Própria

De igual forma, salienta-se que a área correspondente ao caso de estudo (área sob jurisdição da CCDR-LVT) é designada como “Região de Lisboa e Vale do Tejo” (RLVT) ao longo do presente relatório. Tal acontece porque, apesar do quadro legal, através do Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de novembro, extinguir a NUTS II Lisboa e Vale do Tejo em 2002, verifica-se que a designação continua a ser formalmente utilizada não só no âmbito das competências da CCDR-LVT, bem como de outras entidades e em investigações diversas.

3.2. APLICAÇÃO DE INDICADORES DE CONTEXTO NA REGIÃO

A programação inicial do estágio curricular incidiu, conforme anteriormente descrito, num contributo para a elaboração do “Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo”, tutelada pela CCDR-LVT. Tal contributo abrangia o estudo e apresentação de informação relativa às dinâmicas regionais, tendo por base o processo de recolha, tratamento e representação de Indicadores de Contexto, devidamente acordados com a, então, orientadora e técnica do OADRL.

No que respeita ao processo descrito salienta-se, em primeiro lugar, a recolha de indicadores que permitissem fazer a caracterização económica e sociodemográfica e respetiva evolução das dinâmicas da Região de Lisboa e Vale do Tejo. De referir que tal evolução abrangeu sobretudo o período entre 2001 e 2011, não obstante a variação temporal de determinados indicadores compreender um período mais recente (estimativas de 2014), ou mais alargado (Censos de 1981, 1991). Estas exceções são justificadas pela relevância e disponibilidade da informação estatística inerente ao indicador, referindo como exemplo a população residente.

A recolha baseou-se em fontes de pesquisa interna, nomeadamente no Sistema de Informação Estatísticas Regionais (SIER) da CCDR-LVT, e em fontes de pesquisa externa como o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Pordata (Fundação Francisco Manuel dos Santos).

A justificação da escolha dos indicadores recolhidos está subjacente a uma análise do mestrando, atendendo a quatro aspetos:

- Utilidade e pertinência do conjunto de indicadores definidos, para o leitor e/ou utilizador
- Congruência dos indicadores, isto é, aqueles cuja análise permita uma observação simplificada e comparável, ao nível temporal e espacial
- Fiabilidade das fontes de pesquisa da informação e respetiva disponibilidade de dados, nomeadamente para atualização periódica
- Concordância face aos indicadores recolhidos, entre os interesses de estudo do estagiário e a entidade de estágio, ao nível do OADRL.

Em simultâneo, procede-se ao tratamento da informação estatística contida nos respetivos indicadores, tendo por base o território em estudo. Assim, os dados recolhidos são trabalhados sob o formato de tabelas, em folhas de cálculo *Microsoft Office Excel*, facilitando uma leitura coerente e comparável dos indicadores, devidamente desagregados a nível espacial (NUTS III e/ou município) e temporal.

A fase de tratamento conclui-se com a constituição de fichas individuais de indicadores, onde estes são identificados e definidos, tendo por base a respetiva metainformação descrita nas fontes de pesquisa.

Realça-se que as duas etapas de recolha e tratamento da informação estatística a representar, foram executadas até ao mês de janeiro de 2016, altura em que ocorreu a alteração de orientadora, originando ajustamentos no processo de trabalho definido.

Por um lado, foi introduzida uma fase de seleção dos indicadores recolhidos, onde se pretendeu ser mais objetivo, tendo em conta a relevância do Acordo de Parceria Portugal 2020 no contexto atual da entidade de estágio. Deste modo, os indicadores já recolhidos sofreram nova triagem, tendo a seleção tomado por base o sistema de indicadores de contexto desenvolvido no GTPT2020 (ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº33/2013, do artigo 14º). Salienta-se que tal seleção teve, também, a preocupação de abranger os indicadores associados ao PORL 2020, bem como de integrar linhas de orientação referentes à Estratégia Europa 2020, nomeadamente, considerando os respetivos objetivos e metas para Portugal.

Assim, atendendo à inclusão de indicadores do GTPT2020 que não integravam a recolha inicial, porém classificados pela CCDR-LVT como de maior importância para o acompanhamento das dinâmicas regionais no âmbito do Portugal 2020, houve a necessidade de executar nova recolha e consequente tratamento dos dados estatísticos.

Como disposição final são apresentados 58 indicadores de contexto, assumidos em concordância com o estagiário, a orientadora e a nova responsável pelo OADRL. Desta forma, os indicadores de contexto em estudo são tratados e organizados pelos 4 domínios temáticos, definidos no Acordo de Parceria Portugal 2020 (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, n.d.):

- Competitividade e Internacionalização (C&I)
- Inclusão Social e Emprego (ISE)
- Capital Humano (CH)
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (SEUR)

Assim realça-se, como *output* do trabalho de estágio realizado, a elaboração de fichas caracterizadoras para cada um dos indicadores selecionados (anexo XI), com a respetiva análise baseada na identificação e restante informação explicativa (domínio temático, fonte, definição, forma de cálculo, unidade de medida, periodicidade e

observações). Além disso, cada ficha integra a representação gráfica do respetivo indicador

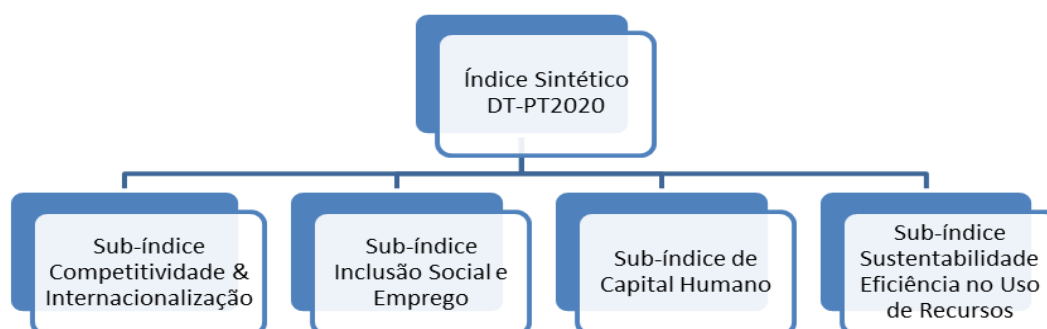
3.3. APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Atualmente Portugal está abrangido pelos apoios comunitários, de modo a promover a convergência dos padrões de desenvolvimento perante todo o espaço europeu. Por isso, os indicadores de contexto de desenvolvimento territorial surgem como mecanismo que sintetiza e mede as dinâmicas do território em análise (Mourão, 2006), relativamente aos respetivos desafios e ao contexto heterogéneo da Região LVT. Porém, a apresentação da informação estatística implícita em tais indicadores selecionados, reflete uma análise detalhada e isolada dos restantes indicadores em estudo, dificultando uma leitura simplificada e generalizada do grau de desenvolvimento da Região LVT.

Deste modo, as dinâmicas regionais compreendem a análise (simplificada) numa única medida, combinando as múltiplas dimensões dos diversos indicadores de contexto. O processo de constituição do Índice Sintético dos Domínios Temáticos Portugal 2020 (ISDT-PT2020) está suportado na metodologia dos Índices Sintéticos de Desenvolvimento Regional (ISDR), disponibilizados pelo INE (INE, 2009).

De realçar que a estruturação dos índices atendeu à valorização do trabalho, à disponibilidade de informação e à sua utilidade para a CCDR-LVT. Refere-se, ainda, a pretensão dos índices aplicados à Região em estudo funcionarem como a base prática à mensuração do conceito de coesão territorial, explanado no enquadramento teórico. Assim, alinhado com a estruturação dos Indicadores de Contexto, é elaborado um sub-índice por cada domínio temático do Portugal 2020, obtido pela agregação dos respetivos indicadores (base) de contexto. O índice sintético resulta da soma dos 4 sub-índices, adotando o termo de Índice Sintético dos Domínios Temáticos – Portugal 2020 (ISDT-PT2020), de acordo com a figura 7.

Figura 7 – Estruturação dos Índices Sintéticos



Fonte: Elaboração Própria

No que respeita às particularidades dos índices, estes são apresentados de acordo com a desagregação NUTS III (2002), apresentando como horizonte temporal os anos 2004 e 2011. Tais características são justificadas pela disponibilização (temporal e territorial) dos dados estatísticos inerentes a cada indicador-base, bem como pela simplicidade e comparabilidade com outros índices, nomeadamente os ISDR apresentados pelo INE (INE, 2009). Assim, tal mensuração aplicada à NUTS III reflete um ensaio metodológico, compreendendo-se a relevância de aplicar uma escala de análise mais desagregada (município).

Por outro lado, realça-se a necessidade de relativizar os indicadores-base, de modo a permitir uma eficaz agregação dos mesmos, tendo em conta o método de normalização utilizado. Posto isto, os indicadores de contexto que se apresentem em unidades de medida absoluta são transformados em indicadores relativizados. Refere-se como exemplo de método de relativização de um indicador-base, a ponderação pela população residente ou a proporção face a determinado valor global.

No que concerne à operacionalização dos índices sintéticos, a metodologia utilizada para a agregação dos respetivos indicadores pressupõe a normalização dos dados. Desta forma, os valores dos indicadores de contexto com unidades de medida diferentes são normalizados para uma única unidade comum, expurgando as diferenças de medida existentes nos vários indicadores. A opção por tal procedimento visa refletir a sobrevalorização de comportamentos excecionais, bem como a variância (ou desvio-padrão) dos indicadores. Especificamente, o procedimento de normalização

dos dados é concretizado pelo método de standardização estatística - *z-score* (OCDE, 2003). Tal método é originado pela subtração da média ao valor do indicador-base e subsequente divisão pelo desvio-padrão, de acordo com a fórmula: $Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)}$, onde Sx_{rj} representa o indicador base j normalizado na unidade territorial r; x_{rj} o valor do indicador de base j na unidade territorial r; \bar{x}_j a média da distribuição do indicador de base j; $dp(x_j)$ o desvio-padrão da distribuição do indicador de base j.

Existe, contudo, a possibilidade de determinados indicadores de contexto em estudo estarem definidos em sentido contrário ao grau de desenvolvimento para a Região, contribuindo negativamente para o mesmo, mediante o Domínio Temático em que se inserem. Desta relação negativa, compreende-se que há a necessidade de diferenciar o método de cálculo, entre os indicadores que influenciem positivamente e os que influenciem negativamente o resultado do Sub-índice do respetivo Domínio. Assim, para os indicadores-base que variam em sentido oposto, estabelece-se a fórmula simétrica do *z-score*, através do cálculo: $Sx_{rj} = \frac{\bar{x}_j - x_{rj}}{dp(x_j)}$. Como exemplos de tais indicadores de contexto utilizados em sentido contrário surgem a Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico/computador e com ligação à Internet, a Taxa de abandono escolar (%), a Taxa de retenção e desistência do ensino regular básico (%), os Beneficiários/os do rendimento social de inserção, a Taxa de desemprego (%), o Índice de envelhecimento, a Taxa de fecundidade na adolescência (%), a Taxa de superfície florestal ardida (%), o Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kwh/hab) e o Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab).

Cada Sub-índice é obtido pela soma dos indicadores-base normalizados e respeitantes ao respetivo Domínio Temático. Já o Índice Sintético DT-PT2020 resulta da agregação dos 4 Sub-índices (anexo X).

Refere-se que a indisponibilidade de informação estatística, a nível temporal ou territorial, origina a necessidade de adotar mecanismos que possam colmatar tal lacuna. Na falta de dados para um certo período temporal, adota-se a informação estatística disponível mais recente, considerando o período base em questão.

Seguidamente, são representados e analisados os quatro Sub-índices, bem como o Índice Sintético DT-PT2020 e a sua correlação com o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) Global (INE).

3.3.1. SUB-ÍNDICE COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

O Domínio Temático Competitividade e Internacionalização (CI), de acordo com o Governo de Portugal (2014), visa a criação de uma economia mais competitiva para Portugal. Deste modo, pretende-se apostar em atividades intensivas em conhecimento, na transação e internacionalização de bens e serviços de empresas portuguesas e na qualificação (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015).

Para englobar os parâmetros que contribuem para uma economia mais competitiva o Sub-índice CI integra, em sentido positivo, os seguintes indicadores-base:

- Taxa de crescimento migratório (%);
- PIB por habitante a preços correntes (Base 2011 - milhares €);
- Proporção de pessoal ao serviço ETI em atividades I&D nas empresas (%);
- Proporção da despesa em I&D no PIB (%);
- Proporção da população ativa (%);
- Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes (%);
- Taxa de natalidade das Empresas (%);
- Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%);
- Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - €);
- Estadia média (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros;
- Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (Nº);
- VAB médio (milhares €), por empresa;
- Pessoal ao serviço (N.º médio) por Empresa.

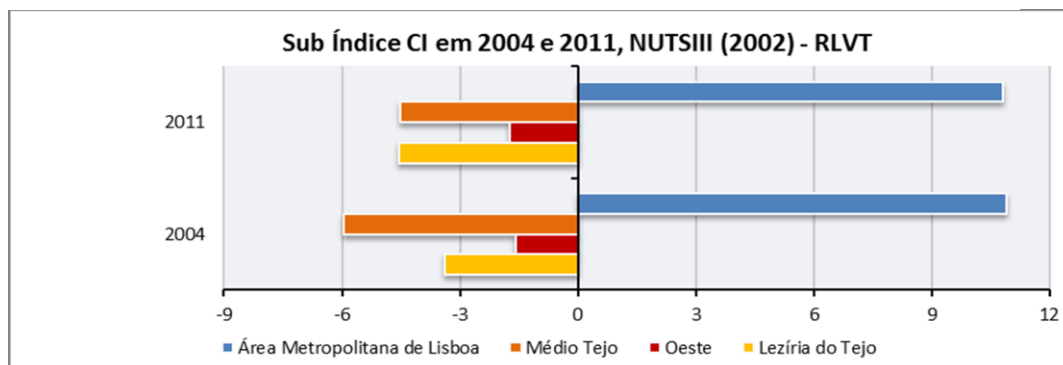
No que respeita à representação gráfica do Sub-índice CI para a Região LVT, de acordo com a figura 8, é possível verificar que a Área Metropolitana de Lisboa se destaca como a mais competitiva, em ambos os anos. Para tal, contribui a forte

especialização em setores como a inovação e o conhecimento (investimento em I&D e disponibilidade de mão-de-obra). De igual modo, refere-se o bom desempenho das empresas (VAB/empresa) na AML, ditando o crescimento económico da NUTS III, expresso pelo elevado PIB *per capita*, considerando a média nacional.

Por outro lado, as NUTS III Médio Tejo e Lezíria do Tejo são as que apresentam uma economia competitiva mais débil em 2004 e 2011 respetivamente. Desta forma, o fraco crescimento económico de tais NUTS III é influenciado pelo peso negativo de setores altamente especializados, considerando o fraco investimento em I&D, pela falta de população ativa e pelas poucas unidades empresariais constituídas no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo. Neste âmbito verifica-se um tecido empresarial pouco dinâmico nas referidas NUTS III, podendo ser também justificado pela sua localização (áreas territoriais mais interiores) pouco atrativa para a instalação de polos empreendedores e competitivos na Região.

A evolução temporal do Sub-índice CI, embora com ligeiras oscilações, reflete uma uniformidade nos valores respeitantes a cada NUTS III, em 2004 e 2011, o que permite averiguar que a convergência da Região não está a ser concretizada.

Figura 8 – Sub-índice Competitividade e Internacionalização em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

3.3.2. SUB-ÍNDICE INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

O Domínio Temático Inclusão Social e Emprego (ISE) tem como principais objetivos o combate à exclusão de pessoas em risco de pobreza e a coesão social. Para tal pretende-se reforçar as medidas de intervenção social e apostar nos apoios a

populações mais desfavorecidas, através de políticas ativas de acesso ao emprego (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015).

De modo a integrar tais parâmetros, o Sub-índice ISE agrega, em sentido positivo os seguintes indicadores-base:

- Proporção de população residente (face a População total) (%);
- Índice de dependência de jovens;
- Índice de dependência total;
- Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007 - Anos);
- Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos);
- Taxa de crescimento efetivo (%);
- Taxa de crescimento natural (%);
- Taxa bruta de natalidade (%);
- Taxa de crescimento migratório (%).

Por outro lado, em sentido negativo, inserem-se os indicadores-base:

- Taxa de desemprego (%);
- Nº de beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social;
- Índice de envelhecimento;
- Taxa de fecundidade na adolescência (%).

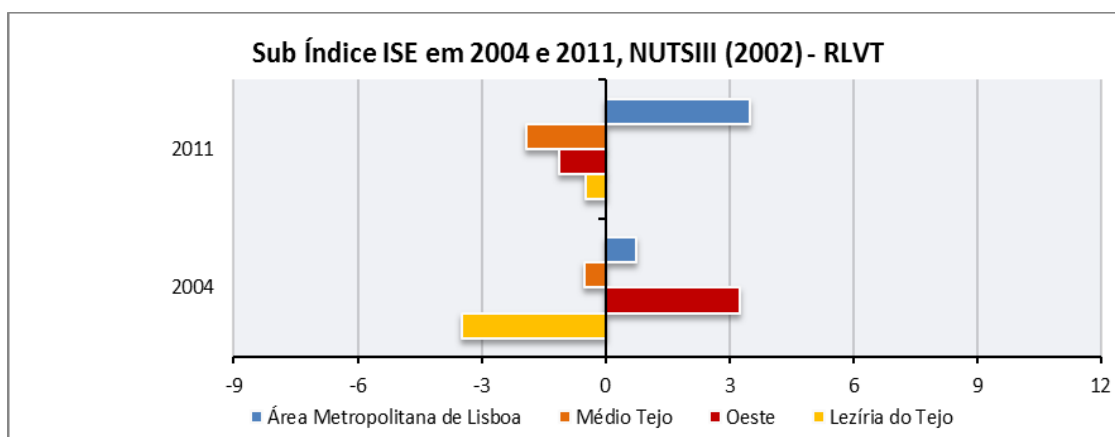
De acordo com a figura 9, o Sub-índice ISE, em 2004 e 2011, revela cenários distintos. Assim refere-se que em 2004 a NUTS III Oeste regista o valor mais elevado da Região, contribuindo para tal o acesso ao emprego (menor taxa de desemprego) e o mais elevado crescimento efetivo da população. Em contraste, a Lezíria do Tejo possui o menor valor, uma vez que é a NUTS III com menos população (principalmente jovem) residente e maior taxa de desemprego, indicando a debilidade no acesso ao emprego e na inclusão social.

Em 2011 o cenário altera-se, uma vez que a Área Metropolitana de Lisboa é a única que detém valor positivo, aumentando o seu registo face a 2004. Tal acontece devido a ser a NUTS III com mais população residente (jovem) com maior taxa bruta de natalidade, o que sugere algum sucesso na implementação de incentivos à natalidade

e residência das famílias. Denota-se, contudo, a tendência para uma certa saturação do território face às necessidades de uma (cada vez) maior quantidade de população residente, uma vez que a AML é uma das NUTS III com maior taxa de desemprego da RLVT.

Desta forma a AML, de 2004 para 2011, acentua a discrepância face às restantes NUTS III, o que permite observar falhas nos incentivos à inclusão da população residente (medidas de acesso ao emprego), ao nível da Região em estudo.

Figura 9 – Sub-índice Inclusão Social e Emprego em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

3.3.3. SUB-ÍNDICE CAPITAL HUMANO

O Domínio Temático Capital Humano (CH), à luz do Acordo de Parceria Portugal 2020, assume como propósito o aumento de qualificação da população, ajustado às necessidades do mercado de trabalho e em sintonia com os padrões europeus. Para tal, é prioritário melhorar o nível das qualificações adquiridas e o sucesso escolar, reduzir o abandono escolar, promover o desenvolvimento pessoal e da cidadania e a coesão (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015).

Neste aspeto, o Sub-índice CH visa retratar os parâmetros descritos na RLVT, através de um conjunto de indicadores-base selecionados para este Domínio, e normalizados para o cálculo estatístico referente à sua evolução na Região. Em particular agrega, em sentido positivo, os indicadores:

- Taxa de escolarização no ensino superior (%);

- Taxa bruta de pré-escolarização (%);
- Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%);
- Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%);
- N.º de Diplomados do ensino superior por 1000 habitantes

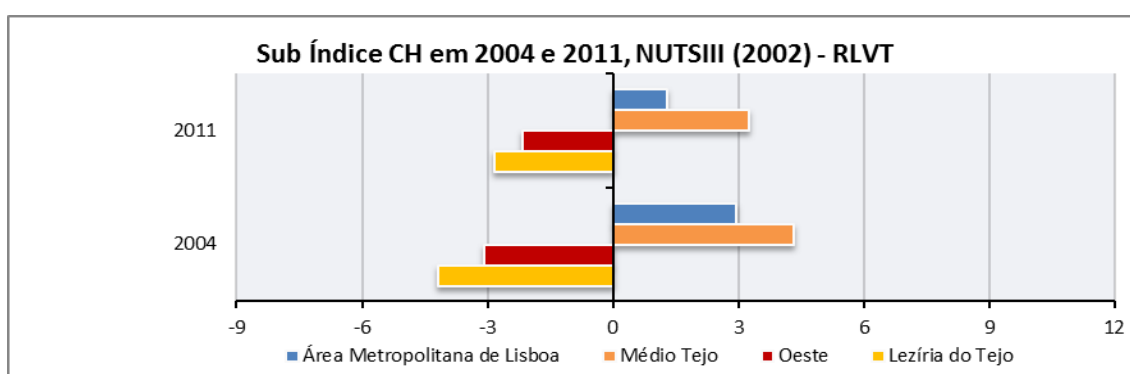
Já em sentido negativo, integra os indicadores:

- Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico por computador e com ligação à Internet;
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%);
- Taxa de abandono escolar (%).

Posto isto e, de acordo com a figura 10, é possível verificar que, as NUTS III Lezíria do Tejo e Oeste detêm os valores mais baixos, respetivamente em 2004 e 2011. De modo inverso, o Médio Tejo regista a maior pontuação do Sub-índice em ambos os anos, contribuindo para tal o elevado acesso à educação. Por seu turno e apesar do alto grau competitivo associado, importa sublinhar que a AML surge apenas com o segundo valor mais alto, em ambos os anos, podendo ser explicado pelo peso do insucesso escolar, nomeadamente no ensino básico.

De notar, porém, que neste período existiu uma diminuição das diferenças entre os valores das NUTS III, originando a tendência para maior convergência da Região LVT.

Figura 10 – Sub-índice Capital Humano em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

3.3.4. SUB-ÍNDICE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS

No que concerne ao Domínio Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (SEUR), destaca-se como prioritário o crescimento sustentável da Região. Desta forma, surge como essencial a transição para uma economia de baixo carbono, a utilização mais eficiente de recursos e a promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos (Centro de Informação Europeia Jacques Delors, 2015).

O cálculo do Sub-índice SEUR agrega os seguintes indicadores-base normalizados, em sentido positivo:

- Médicas/os por 1000 habitantes; Enfermeiras/os por 1000 habitantes;
- Camas (N.º médio) por centro de saúde com internamento;
- Camas (N.º médio) por hospital;
- Proporção de superfície das áreas protegidas (%);
- Proporção da superfície dos sítios de Rede Natura 2000 (%);
- Proporção de águas residuais tratadas (%);
- População servida por sistemas de abastecimento de água;
- Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%).

Já, em sentido negativo, integram-se os indicadores-base normalizados:

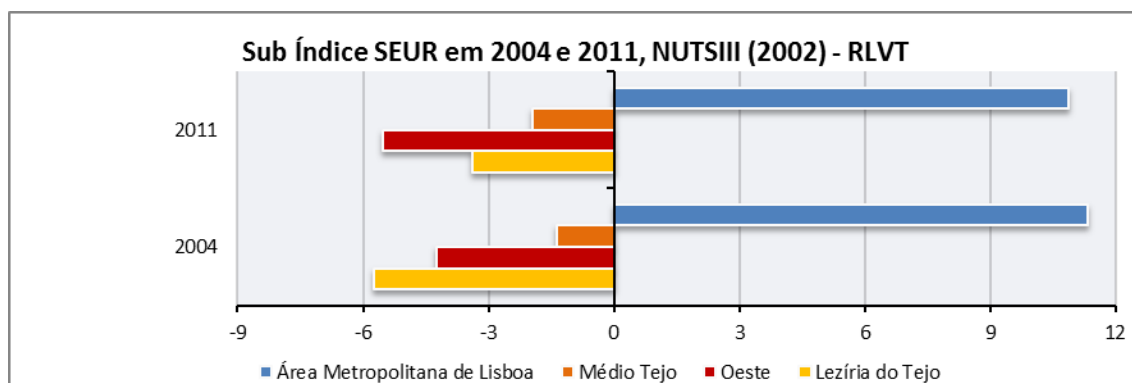
- Taxa de superfície florestal ardida (%);
- Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kwh/hab);
- Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab);
- Proporção de Transporte em Viatura Própria face ao Total, utilizado nos movimentos pendulares (%).

Na RLVT verifica-se que, em ambos os anos 2004 e 2011, a Área Metropolitana de Lisboa destaca-se como a única NUTS III com valor positivo na Região (fig. 11). Tal é comprovado pela maior eficiência no acesso a recursos de saúde, bem como pela maior preocupação ambiental, uma vez que a AML tem maior proporção de áreas classificadas de valor ecológico (Rede Natura 2000).

Deste modo, observa-se a continuidade, em 2004 e 2011, de um acentuado desequilíbrio entre a AML e as restantes NUTS III, sendo a Lezíria do Tejo e o Oeste as

que detêm valores mais baixos. Tal facto pode evidenciar, em contraste com a AML, a insuficiência de resposta a necessidades populacionais ou uma menor consciencialização em adotar uma economia de maior valor ecológico, apresentando um estilo de vida menos eficiente (maior consumo de energia por habitante; maior proporção no transporte em viatura própria).

Figura 11 – Sub-índice Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

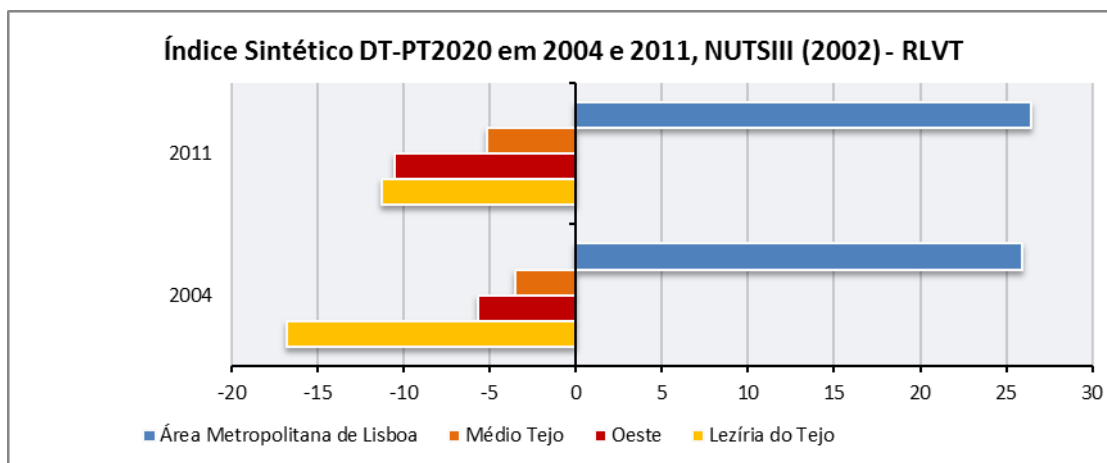
3.3.5. ÍNDICE SINTÉTICO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS – PORTUGAL 2020

Os quatro Domínios Temáticos (CI; ISE; CH; SEUR), apresentados pelos respetivos Sub-índices normalizados, possibilitam a agregação dos mesmos, originando o Índice Sintético DT-PT2020. Assim, a diversidade de informação disposta em cada Sub-índice é reunida num só índice, representando um quadro generalizado das dinâmicas regionais em estudo. Além disto, realça-se a igual consideração dos quatro Domínios Temáticos, essencial para compreender o grau de desenvolvimento territorial apurado para a Região.

Verifica-se que a RLVT dispõe de um acentuado desequilíbrio, na medida em que a NUTS III Área Metropolitana de Lisboa regista um grau de desenvolvimento muito superior, impulsionado pela alta competitividade e sustentabilidade, observada comparativamente com as restantes 3 NUTS III (fig. 12). Noutra perspetiva, constata-se que o Médio Tejo é a segunda NUTS III com um desenvolvimento mais dinâmico. Tal facto pode reflectir a acessibilidade facilitada ao “pólo” AML, bem como a presença de uma importante rede urbana de natureza policêntrica (Abrantes; Tomar; Constância; Torres Novas; Entroncamento).

Por outro lado, a disparidade de valores referente ao Índice Sintético DT-PT2020 é visível em ambos os anos, ilustrando a fraca convergência do grau de desenvolvimento em toda a Região. Neste âmbito torna-se essencial repensar a estratégia de coesão para a RLVT, tendo por base o planeamento e implementação eficaz de políticas de âmbito territorial.

Figura 12 – Índice Sintético dos Domínios Temáticos – Portugal 2020 em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

3.3.6. CORRELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE SINTÉTICO DOS DOMÍNIOS TEMÁTICOS – PORTUGAL 2020 E O ÍNDICE SINTÉTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (INE)

O Índice Sintético DT-PT2020, anteriormente representado, é calculado tomando por base a metodologia de normalização dos dados, disponibilizada pelo INE, através do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR). Tal acontece uma vez que se pretende realizar o ensaio de aplicar à RLVT a metodologia de mensuração do desenvolvimento territorial, referida no enquadramento teórico do relatório. Para isso, e tendo em conta o contexto nacional em que a Região se insere, constata-se que o ISDR reflete a base de apoio mais credível à constituição dos Sub-índices e Índice Sintético DT-PT2020.

O ISDR, constituído por 65 variáveis de natureza económica, social e ambiental, referentes às NUTS III, é decomposto em três eixos: Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental (INE, 2014c). Adicionalmente é produzido o ISDR Global que

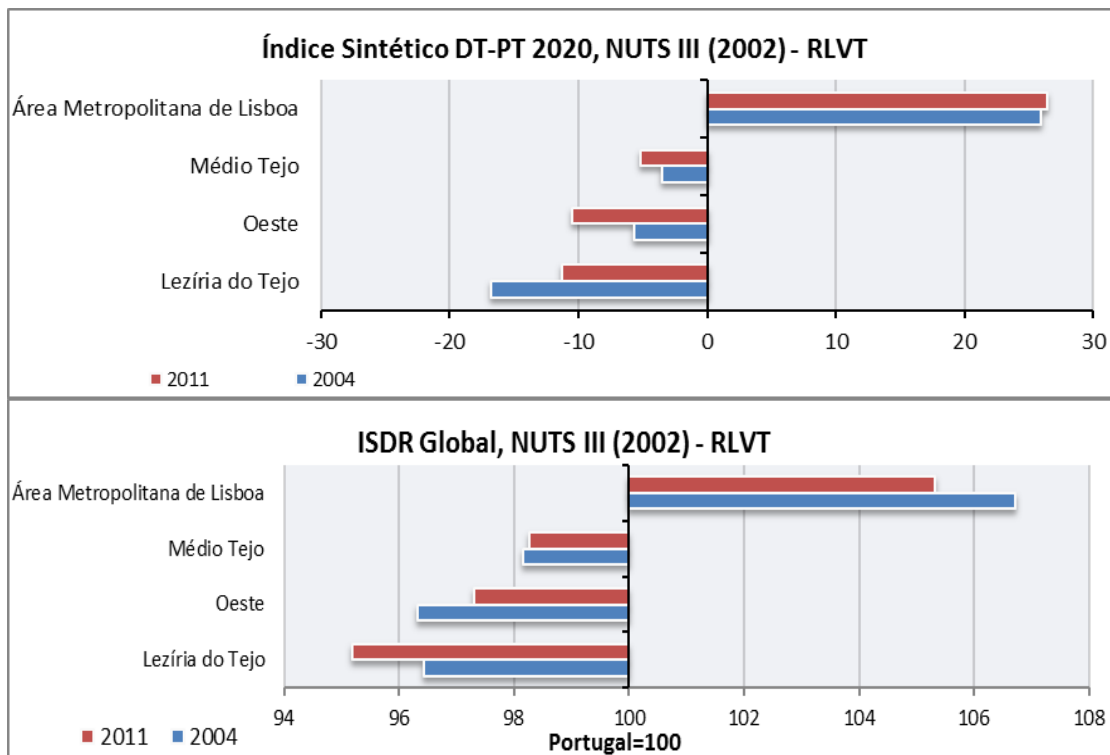
reflete a agregação dos três componentes num só índice, sendo o resultado da média dos três eixos com igual ponderação. Assim, os resultados refletem uma visão igualmente “tripartida do desenvolvimento regional” (INE, 2009, p. 35).

As componentes competitividade, coesão e qualidade ambiental, são estabelecidas pelo INE devido à sua importância na avaliação do desenvolvimento regional, para os anos 2004 e 2011 (INE, 2009). Neste aspeto, pretende-se que cada componente integre, com os correspondentes indicadores-base normalizados, a respetiva definição concetual.

Desta forma, importa referir que a competitividade deve refletir “o potencial (em termos de recursos humanos e de infraestruturas físicas) de cada sub-região em termos de competitividade, assim como o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, (internacionalização) empresarial e produtivo) e, ainda, a sua eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial” (INE, 2014c, p. 2). Por outro lado, a coesão relaciona-se com o “grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos de qualidade, bem como os perfis conducentes a uma maior inclusão social e a eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das disparidades territoriais” (INE, 2014c, p. 3). Por fim, a qualidade ambiental pretende medir as “pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente (...), aos respetivos efeitos sobre o estado ambiental e às consequentes respostas económicas e sociais em termos de comportamentos individuais e de implementação de políticas públicas” (INE, 2014c, p. 4).

Posto isto, tomando em consideração a concetualização dos quatro Domínios Temáticos (base para construção dos Sub-índices e Índice Sintético apresentados), constata-se a respetiva proximidade com a definição das componentes e a construção do ISDR. A apresentação da informação estatística na figura 13 reforça tal análise.

Figura 13 – Comparação entre Índice Sintético dos Domínios Temáticos-Portugal 2020 e Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (INE) em 2004 e 2011



Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se, por isso, a forte relação entre o ISDR Global e o Índice Sintético DT-PT2020 referente aos quatro Domínios, pelo elevado grau de correlação entre ambos (0,966 para 2004 e 0,981 para 2011).

Apesar do ISDR e do Índice Sintético DT-PT2020 terem contextos e objetivos diferentes, uma vez que os respetivos indicadores detêm bases de seleção distintas, salienta-se a leitura relativamente uniforme que se obtém com a representação dos dois índices, para a RLVT. Deste modo, comprova-se a autenticidade da informação tratada e apresentada no Índice Sintético DT-PT2020, comparando-a com a publicação estatística oficial do INE – ISDR.

3.4. O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL FACE ÀS ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS (2014-2020) NA RLVT

No âmbito do horizonte 2020, refere-se o papel central que a coesão e o desenvolvimento territorial detêm em vários campos de ação considerando, particularmente, os contextos em que as várias regiões e sub-regiões (NUTS III) se encontram. Assim, surge a pertinência em desenvolver visões estratégicas que, no âmbito da Estratégia Europa 2020, permitam atender a desafios territoriais, com maior incidência para intervenções a escalas mais desagregadas (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo et al., 2014). Desta forma, nascem as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) determinadas para cada CIM (Decreto-Lei nº137/2014, de 12 de setembro), com vista a assegurar um quadro sub-regional que abranja as respetivas especificidades, graus de desenvolvimento e orientações, em coerência com o Portugal 2020.

Posto isto e, após o ensaio de medição da coesão territorial para a RLVT, considerou-se relevante estabelecer um cenário comparativo das orientações estratégicas referentes às EIDT de cada CIM, no âmbito do quadro de apoio Portugal 2020. Assim, pretende-se verificar em que medida poderão vir a colmatar algumas debilidades referidas ao nível do desenvolvimento e coesão territorial.

Deste modo, a Lezíria do Tejo regista como linhas estratégicas, ao abrigo do “Programa Territorial Integrado “Lezíria 2020”:

- “(...) Eixo 1. Desenvolvimento competitivo de base económica regional (...)
- Eixo 2. Promoção da coesão social e da empregabilidade (...)
- Eixo 3. Requalificação e sustentabilidade territorial (...)
- Eixo 4. Governação estratégica” (Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo, 2016, para. 1, 3, 7, 24 e 35)

Assim, compreende-se a ênfase atribuída por esta CIM aos Domínios CI (modernização da principal atividade económica – agricultura), ISE (favorecer a inclusão social) e SEUR (valorizar os recursos endógenos e a economia regional sustentável) (Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo, 2016). Além disto, refere-se a importância conferida à temática Governança, bem como a ausência do Domínio CH

nos eixos definidos. Este último facto merece reparo, na medida em que pode traduzir uma possível desadequação estratégica da Lezíria do Tejo face à aplicação de coesão territorial na RLVT, já que possui o mais baixo valor da Região no Sub-índice CH.

Já o Oeste, no âmbito da sua “Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) – “Estratégia 2020 Oeste Portugal”” (Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo, 2016, para. 3), detém como eixos estratégicos:

- “Reforço da Sustentabilidade e Eficiência (...)
- Reforço da Inclusão Social e Emprego (...)
- Sociedade Digital” (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2014a, p. 11 e 12)

Desta forma, é possível verificar que o Domínio SEUR (promover a eficiência dos recursos disponíveis e a sustentabilidade da economia) e os Domínios ISE e CH (melhorar acesso a emprego e ajustar as qualificações da população ao mercado) são os que detêm aqui maior preocupação. Por outro lado, refere-se a breve referência ao Domínio CI (reforço da inovação e novas tecnologias) como prioridade secundária no Oeste, complementando a análise da aplicação de coesão territorial à RLVT, uma vez que é a segunda NUTS III mais competitiva da Região (atrás da AML) (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2014a).

Por sua vez, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (2014) estabelece como orientações estratégicas prioritárias a valorização dos ativos inerentes ao próprio território, no âmbito do Domínio SEUR, bem como a promoção de valor acrescentado no setor empresarial, mediante a aposta no Domínio CI. Além disto, o Médio Tejo detém como orientação estratégica suplementar a inclusão social, inserida no Domínio ISE, não fornecendo orientações prioritárias ao Domínio CH (Comunidade Intermunicipal Médio Tejo, 2014). Esta opção revela coerência estratégica com o ensaio de mensuração da coesão territorial na RLVT, uma vez que o Médio Tejo detém já o valor mais elevado no Sub-índice CH.

Por fim a AML, no âmbito da respetiva Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, indica como objetivos estratégicos centrais a internacionalização da atividade empresarial e a competitividade (promover a

inovação e a especialização produtiva), inerente ao Domínio CI, a valorizarização do território (proteção do ambiente e fomentar a atratividade da AML), relativamente ao Domínio SEUR e a promoção da coesão na AML (eficiência em serviços públicos de apoio, acesso ao emprego e promover bem-estar na AML), no âmbito do Domínio ISE (Área Metropolitana de Lisboa, 2015a, 2015b). Já o Domínio CH, nomeadamente a melhoria no acesso à educação e à qualificação, detém menor importância temática na AML, em contraste com o maior investimento em CI, o que permite compreender a tendência para acentuar a divergência face às restantes NUTS III da RLVT, considerando a medição da coesão territorial em 2011 (Área Metropolitana de Lisboa, 2015a, 2015b). Em outra medida, este perfil da AML pode antever a necessidade que a mesma tem de se posicionar face a outras regiões europeias com maior grau de crescimento, numa lógica de competitividade internacional.

De modo geral, constata-se a convergência das quatro NUTS III para uma maior importância das orientações atribuídas ao Domínio CI (concordante com o Portugal 2020), podendo revelar-se uma ameaça na medida em que as atuais diferenças das NUTS III mais competitivas (AML) para as menos competitivas poderá aumentar, não favorecendo a coesão territorial na RLVT. De igual modo, constata-se a menor preocupação exercida com o Domínio Temático Capital Humano, na RLVT.

Salienta-se, ainda, como breve linha estratégica transversal à maioria das NUTS III observadas, a aposta na governança, permitindo considerar (superficialmente) não só a articulação das diferentes orientações inerentes a cada CIM, como também a integração dos *stakeholders* em processos de decisão de âmbito territorial.

4. CONCLUSÃO

O presente relatório constitui um produto da componente não letiva – estágio curricular – do Mestrado de Gestão do Território, que teve por base o interesse do mestrando em integrar conhecimentos e competências técnicas, conjugados com a experiência prática adquirida em ambiente profissional, na CCDR-LVT.

O objeto de estudo, no âmbito do estágio curricular, traduziu-se num contributo para a elaboração do “Atlas da Região de Lisboa e Vale do Tejo”. Esta publicação, integrada nas competências do OADRL, teve por base a seleção, tratamento e representação de um conjunto de indicadores de desenvolvimento territorial, de forma a expressar a evolução das dinâmicas regionais na área sob jurisdição da CCDR-LVT.

Do trabalho prático desenvolvido no estágio curricular surgiu a necessidade de realizar um enquadramento teórico-metodológico sobre a natureza de tais indicadores, em particular sobre a concetualização da coesão territorial. Neste âmbito denota-se a ambiguidade teórica do conceito, permitindo interpretações diversas e pouco esclarecedoras. Consequentemente, a imprecisão concetual da coesão territorial pode originar aplicações diferenciadas do conceito (investigações efetuadas a várias escalas), adaptando-o aos interesses e aos contextos em causa. Referem-se, ainda, as debilidades na implementação de políticas, partindo frequentemente de questões reativas aos desafios que os territórios enfrentam.

Assim, constata-se a necessidade de consolidar uma concetualização flexível e adequada aos variados territórios, podendo constituir a base para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado dos mesmos.

No que respeita à aplicação do conceito, mediante um ensaio de mensuração à escala da RLVT, refere-se que o conjunto de 58 indicadores selecionados teve por base as componentes de análise acordadas (entre o mestrando e CCDR-LVT) para a maximização da utilidade do trabalho desenvolvido. Além disso, o referido conjunto de indicadores permitiu a produção de um índice sintético, funcionando como modelo adaptado à medição de coesão territorial na Região. Contudo, este modelo revelou insuficiências de análise a um nível mais desagregado, ocultando diferenças no

território. Considera-se também que, ao agregar as várias componentes numa só, o índice pretende traduzir a natureza multidimensional da coesão territorial, apesar da vulnerabilidade e/ou enviesamento na escolha dos indicadores. Assim, refere-se que a consideração de determinados indicadores em prejuízo de outros pode evidenciar resultados distintos.

Contudo, estes métodos multidimensionais constituem aproximações relativamente eficazes à mensuração da coesão territorial, sendo a base para numerosas investigações, inclusive de cariz oficial, como o projeto *Interco* ligado ao programa ESPON (UE) ou o ISDR desenvolvido pelo INE. Por esse motivo, decidiu-se produzir um índice sintético semelhante e adequado à mensuração do desenvolvimento territorial da Região.

A construção do índice foi alicerçada nas temáticas estratégicas do programa Portugal 2020, nomeadamente nos respetivos Domínios Temáticos (CI, ISE, CH, SEUR), de modo a ajustar o *output* do trabalho ao âmbito das competências da CCDR-LVT. Da análise espacial às quatro NUTS III que compõem a área de jurisdição da CCDR-LVT (AML, Médio Tejo, Oeste e Lezíria do Tejo), foi possível perceber:

- Algumas limitações, realçando a indisponibilidade espacial e temporal dos dados estatísticos, o que não permitiu uma maior profundidade de análise, nomeadamente a uma escala mais desagregada (município). Desta forma, o Índice Sintético dos Domínios Temáticos do Portugal 2020 foi calculado para as NUTS III (nível espacial), e para os anos 2004 e 2011 (nível temporal). Além disto, refira-se que o ISDR (INE) detém a mesma profundidade de análise (NUTS III), ainda que realizada à escala nacional, ao invés do índice calculado para a RLVT (onde, dada a menor expressão territorial, a análise à escala do município faria mais sentido).
- Que os quatro sub-índices temáticos são maioritariamente comandados pela AML, aferindo um crescimento económico marcado pela alta competitividade (inovação e conhecimento) e pela sustentabilidade (valorização dos recursos e preocupação ambiental). Além disto, verifica-se a tendência para um comportamento similar das NUTS III, em 2004 e 2011. Desta forma, percebe-se que a Região, no seu todo, reflete uma visão

enviesada do desenvolvimento territorial já que este é sobretudo impulsionado pela AML.

- Que o posicionamento do Médio Tejo, como a segunda NUTS III mais desenvolvida (atrás da AML), contraria o pensamento de que é nas áreas mais litorais que se localizam as economias mais dinâmicas.
- A debilidade da coesão territorial na Região, uma vez que não existe a convergência necessária a um desenvolvimento mais equilibrado. A nível nacional, Portugal detém uma elevada discrepância entre o desenvolvimento dos grandes centros urbanos e das áreas mais interiores de baixa densidade. O Índice Sintético produzido alude para a persistência de tal registo ao nível da RLVT, podendo sugerir que (na prática) a coesão territorial é prejudicada pela falta de articulação entre as prioridades de intervenção estratégica, referentes a cada NUTS III. Pode, ainda, indicar falhas na aplicação da estratégia e/ou na definição de políticas.
- Insuficiências na implementação das políticas de desenvolvimento e coesão territorial e procurar soluções aos desafios evidenciados. Deste modo, as prioridades devem passar “do papel” para a respetiva aplicação ao nível da RLVT. Para isso, as CIM estabelecem os vários instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial que, no âmbito da “Estratégia Europa 2020”, fornecem as orientações prioritárias e as medidas previstas, tendo em vista os objetivos a atingir para 2020. Denota-se, porém, que nem sempre existe a devida articulação entre as Estratégias definidas para territórios contíguos.

Na prática, verifica-se a escassa sensibilidade à coesão territorial na RLVT, em particular no que concerne à articulação institucional das três CIM e da AML que compõem a Região, a fim de concertarem as respetivas orientações estratégicas. Deste modo a RLVT não comporta um processo que envolva as quatro entidades territoriais, tendo em vista a partilha ou a integração de objetivos comuns. Da mesma forma, é referido o facto de a RLVT abranger no seu território três PO Regionais, com eixos

temáticos distintamente priorizados e com desigual aplicação (distribuição de financiamento), condicionando assim, a promoção de coesão territorial.

O presente trabalho não ambiciona apenas um novo debate relativo a mais um conjunto de reflexões sobre a coesão territorial, mas despertar para a urgência de abordar tal temática, a nível institucional e regulamentar, como um processo integrado entre as populações locais, as autoridades nacionais e comunitárias e adaptado a várias escalas de análise. Porém, se o futuro reservar a continuidade de um falso pragmatismo evidenciado, corre-se o risco de agravar o contexto atual de conturbação económica e social.

Como constrangimentos ao trabalho desenvolvido, salienta-se em primeiro lugar, a indisponibilidade dos dados estatísticos referentes aos indicadores em estudo.

Em segundo lugar realça-se que a Região de estudo, isto é, a área sob jurisdição da CCDR-LVT, apesar do limite territorial permanecer inalterado, comporta alterações substanciais respeitantes à organização administrativa do território, particularmente desde 2001. Tal facto constituiu um obstáculo adicional a uma análise mais eficaz e coerente, no tempo e no espaço, às dinâmicas da Região.

No terceiro ponto, refere-se a alteração de orientadora ao nível da CCDR-LVT que, apesar do esforço bem conseguido para ajustar e clarificar o trabalho de estágio face ao planeamento inicial, originou momentos de alguma indefinição quanto à estruturação do trabalho a desenvolver.

Por fim regista-se que, embora o mestrando possua uma qualificação superior diversa, nomeadamente ao nível de Gestão (empresarial), tal habilitação não impediu a ausência de certos conhecimentos técnicos (SIG) e científicos relativos à Gestão (Planeamento e Ordenamento) do Território. Assim, houve a necessidade de aprender e trabalhar, simultaneamente, conteúdos territoriais fundamentais para o desenvolvimento do estágio e do presente relatório, salientando-se o auxílio constante dos orientadores, como uma importante mais-valia.

5. BIBLIOGRAFIA(S) / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (n.d.). *O que é o Portugal 2020*. Portugal 2020. Lisboa. Agência para o Desenvolvimento e Coesão. Consultado em setembro de 2016. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2014a) *Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Oeste*. Lisboa. Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2014b). *Portugal 2020: Objetivos, Desafios e Operacionalização*. Lisboa. Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P. (2015). *Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – QREN e Portugal 2020*. Lisboa. Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Araújo, J. (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território. Os casos da Estónia e Portugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa

Área Metropolitana de Lisboa (2015a). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020*. Lisboa

Área Metropolitana de Lisboa (2015b). *Estratégia Territorial & POR Lisboa 2020*. Assembleia Municipal de Lisboa. Lisboa

Assembleia da República (2008). *Tratado de Lisboa – Versão Consolidada*. Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República e Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direcção-Geral dos Assuntos Europeus. Lisboa

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020 (n.d.) *POR Lisboa 2020*. Lisboa. Consultado em setembro de 2016. Disponível em: <http://lisboa.portugal2020.pt/np4/54.html>

- Camagni, R. (2005). *Territorial Cohesion and the European Model of Society*, International Seminar – Lincoln Institute of Land Policy. Vienna
- Camagni, R. (2006). *The rationale territorial cohesion: issues and possible policy strategies*. In: PEDRAZZINI, L. *The process of territorial cohesion in Europe*. Franco Angeli/DIAT. Itália
- Camagni, R. (2009). *Territorial capital and regional development*. In: CAPELLO, R.; NIJKAMP, P. *Handbook of Regional Growth and Development Theories*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, p. 118-132
- Centro de Informação Europeia Jacques Delors (2015). *Portal Eurocid*. Lisboa. Consultado em agosto de 2016. Disponível em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8038#Enquadramento
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Algarve; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte (2014). *Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial – Convite para a apresentação de candidaturas*. Nº1. Portugal 2020. Lisboa
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (2008). *Organização Interna*. Lisboa Consultado em novembro de 2015. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/organizacao-interna/46.htm>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (2010). *Sistema de Informação RLVT*. Lisboa. Consultado em maio e junho de 2016. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/sistema-de-informacao-estatistica/1842.htm>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (2012). *Missão, Visão e Objetivos Estratégicos*. Lisboa. Consultado em Janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/missao--visao-e-objetivos-estrategicos/7292.htm>

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (2015). *A Região*. Lisboa. Consultado em junho de 2016. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/a-regiao/7279.htm>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Lisboa e Vale do Tejo (2016). *Apresentação OADRL*. Lisboa. Consultado em junho de 2016. Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/apresentacao-oadrl/9007.htm>
- Comissão das Comunidades Europeias (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Europeia*. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas.
- Comissão Europeia (2009). *Reflexões sobre a Coesão Territorial a propósito da consulta pública sobre a Coesão Territorial com base no “Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: Tirar Partido da Diversidade Europeia”*, Bruxelas
- Comissão Europeia (2010a). *Conclusões do quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial: o futuro da política de coesão*. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento. Bruxelas
- Comissão Europeia (2010b). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Comunicação da Comissão. Bruxelas
- Comissão Europeia (2014). *Towards a harmonised methodology for statistical indicators. Part 1: Indicator typologies and terminologies*. Eurostat – Manuals and Guidelines. Luxemburgo
- Comissão Europeia (2016a). *Base de dados*. Portal *Eurostat*. Luxemburgo. Consultado em abril de 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>
- Comissão Europeia (2016b). Portal *Eurostat*. Luxemburgo. Consultado em junho de 2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/main>
- Comissão Europeia (2016c). *Principais Tabelas – Indicadores-chave*. Estratégia Europa 2020. Portal *Eurostat*. Luxemburgo. Consultado em maio, junho e julho de

2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/europe-2020-strategy/main-tables>
- Comunidade Intermunicipal Lezíria do Tejo (2016). *Lezíria 2020*. Santarém. Consultado em outubro de 2016. Disponível em: <http://www.cimlt.eu/component/k2/item/405-leziria-2020>
- Comunidade Intermunicipal Médio Tejo (2014). *Médio Tejo 2020: Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020 Relatório Final*. Tomar
- Comunidade Intermunicipal Oeste (2016). *Desenvolvimento Regional – Estratégia 2020 Oeste Portugal*. Caldas da Rainha. Consultado em outubro de 2016. Disponível em: <http://www.oestecim.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=f3ef5370-cf59-4d80-9423-72859706ec95>
- Costa, D.; Pereira, S. (2013). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Territorial*. Divisão de Informação Geográfica. Amadora
- Dao, H. et al. (2012). *INTERCO: Indicators of territorial cohesion*. ESPON & University of Geneva. Luxemburgo
- Davoudi S. (2005). *Understanding Territorial Cohesion*. Planning Practice and Research, vol. 20, p. 433-441
- Davoudi S. (2007). *Territorial cohesion, European social model and spatial policy research*. In: Faludi, A, ed. *Territorial cohesion and European model of society*. Cambridge. Mass: Lincoln Institute for Land Policy, p. 81–104
- Douvere, F. e Ehler C. (2009). *Marine Spatial Planning – A step by step approach toward Ecosystem-based Management*. Intergovernmental Oceanographic Commission and Man and the Biosphere Programme. Manual and Guides, nº 53. United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO). Paris
- Faludi, A.; Peyrony, J. (2011). *Cohesion Policy Contributing to Territorial Cohesion – Future Scenarios*. Jornal Europeu de Desenvolvimento Espacial, artigo nº 43.

- Farrugia, N.; Gallina, A. (2008). *Developing Indicators of Territorial Cohesion*. Federico Caffè Centre – Department of Society and Globalization. Roskilde
- Ferrão, J. (2002). *Policentrismo e coesão territorial: um novo papel para as “regiões”?*. Revista Europa – Novas Fontesiras, nº 122, p. 31-35
- Fundação Francisco Manuel dos Santos (2012). Base de Dados Portugal Contemporâneo. Pordata. Lisboa. Consultado em fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios>
- Fundação Gaspar Furtuoso (2011). *Manual de Indicadores para a monitorização do Ordenamento do Território na Região Autónoma dos Açores*, Vol. 1 e 2.
- Governo de Portugal (2013). *Anexos: Estratégia Europa 2020 – Ponto de Situação das Metas em Portugal*. Lisboa. Consultado em abril 2016. Disponível em: http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nd/prgreg2013_portugal_pt.pdf
- Governo de Portugal (2014). *Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2009). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Dados Estatísticos*. Censos 2011. Lisboa. Consultado em novembro e dezembro de 2015. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicadores
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Retrato Territorial de Portugal – 2013*. Destaque – informação à comunicação social. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2014a). *Contas Regionais – Base 2011, 2000 – 2013*. Destaque – informação à comunicação social. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2014b). *Retrato Territorial de Portugal – 2013*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2014c). *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional 2011*. Destaque – informação à comunicação social. Lisboa

- Instituto Nacional de Estatística (2015). *NUTS 2013 – As Novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos*. Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística (2016). *Base de Dados – Navegação em Lista*. Lisboa. Consultado em janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2016. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados
- Instituto Nacional de Estatística (n.d.). *Sistema de Metainformação*. Lisboa. Consultado em maio de 2016. Disponível em: <http://smi.ine.pt/VersoesPorTema?clear=True>
- Mitchell, G. (1996). *Problems and fundamentals of sustainable development indicators*. Sustainable Development, v. 4, nº 1. Leeds
- Mourão, P. (2006). *Contributo para o estudo económico dos indicadores regionais*. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº 12
- Parlamento Europeu (2007). *Seguimento da Agenda Territorial e da Carta de Leipzig: Para um programa de ação europeu de desenvolvimento do espaço e coesão territorial*. Departamento Temático B: Políticas Estruturais e de Coesão. Bruxelas
- Porteiro J.; Marques E.; Barroso S. (2015). *Metodologia e modelo de monitorização sistémica do ordenamento do território da Região Autónoma dos Açores*. X Congresso Da Geografia Portuguesa - Os Valores da Geografia. Lisboa
- Observatório do QREN (n.d.). *2011 – A Agenda Territorial da União Europeia para 2020*. Lisboa. Consultado em setembro 2016. Disponível em: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=711
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators – Methodology and user guide*. Paris
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013 (2010a). Portal O QREN. Consultado em setembro de 2016. Disponível em: <http://www.gren.pt/np4/gren>

Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007-2013 (2010b). Portal O QREN - Glossário. Consultado em setembro de 2016. Disponível em: <http://www.qren.pt/np4/glossario>

Reunião Informal de Ministros responsáveis pelo Ordenamento e Planeamento Territorial da União Europeia (2011). Territorial Agenda of the European Union 2020 - *Towards an Inclusive, Smart and Sustainable Europe of Diverse Regions*. Hungria

Romero, M.; Andrade, L.; Guia, G.; Silveira, A.; Morais, V. (2005). *Construindo um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade Intraurbana*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planeamento Urbano e Regional. Brasil.

Santinha, G.; Marques, T. (2012). *A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 15-244.

Sousa, J. (2014). *Método do Quadro Lógico – Indicadores*. Planeamento Estratégico. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa

Vilares E. (2010). *Sistema Nacional de Indicadores e Dados base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano: Análise exploratória de sistemas de indicadores como instrumentos na avaliação de políticas públicas*. Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa

6. LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei nº46/89, de 15 de Fevereiro. *Diário da República nº 38 – I Série*. Lisboa:
Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Decreto-Lei nº317/99, de 11 de Agosto. *Diário da República nº 186 – I Série – A*.
Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do
Território

Decreto-Lei nº244/2002, de 5 de Novembro. *Diário da República nº 255 – I Série – A*.
Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

Decreto-lei nº 228/2012, de 25 de outubro. *Diário da República nº 207 – I Série*.
Lisboa: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do
Território

Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro. *Diário da República nº 176 – I Série*.
Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Diretiva nº 2003/87/CE, de 13 de Outubro, do Parlamento Europeu e do Conselho.
Jornal Oficial da União Europeia L 275/32 (2003). Bruxelas: Parlamento
Europeu e Conselho da União Europeia

Diretiva 2009/28/CE, de 23 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal
Oficial da União Europeia L 140/16 (2009)*. Bruxelas: Parlamento Europeu e
Conselho da União Europeia

Diretiva n.º 2012/27/UE, de 25 de outubro, do Parlamento Europeu e do Conselho.
Jornal Oficial da União Europeia L 315/1 (2012). Bruxelas: Parlamento
Europeu e Conselho da União Europeia

Lei nº 21/2010, de 23 de agosto. *Diário da República nº 163 – I Série*. Lisboa:
Assembleia da República

Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. *Diário da República nº 176 – I Série*. Lisboa:
Assembleia da República

Lei nº 31/2014, de 30 de maio. *Diário da Republica nº 104 – Série I*. Lisboa:
Assembleia da República

Regulamento (CE) n.º 1059/2003, de 26 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia* L 154/1 (2003). Bruxelas: Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia

Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia* L 347/320 (2013). Bruxelas

Regulamento (UE) n.º 868/2014, de 8 de agosto, da Comissão. *Jornal Oficial da União Europeia* L 241/1 (2014). Bruxelas: Comissão Europeia

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio. *Diário da República* n.º 96 – Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 23 de dezembro. *Diário da República* n.º 242 – I Série. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros

Tratado de Amesterdão. *Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias* (1997). Luxemburgo: Comunidades Europeias. Consultado em agosto 2016.
Disponível em: https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/treaty_of_amsterdam_pt.pdf

Tratado de Lisboa. *Jornal Oficial da União Europeia* C 306/1 (2007). Consultado em setembro de 2016. Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/pt_lisbon_treaty.pdf

ANEXOS

Anexo I: Distribuição das NUTS 2013 em Portugal (Regulamento da União Europeia nº868/2014 da Comissão, de 8 de agosto)

PORTUGAL

Code	NUTS 1	NUTS 2	NUTS 3
PT1	CONTINENTE	Norte	
PT11			
PT111			Alto Minho
PT112			Cávado
PT119			Ave
PT11A			Área Metropolitana do Porto
PT11B			Alto Tâmega
PT11C			Tâmega e Sousa
PT11D			Douro
PT11E			Terras de Trás-os-Montes
PT15		Algarve	
PT150			Algarve
PT16		Centro (PT)	
PT16B			Oeste
PT16D			Região de Aveiro
PT16E			Região de Coimbra
PT16F			Região de Leiria
PT16G			Viseu Dão Lafões
PT16H			Beira Baixa
PT16I			Médio Tejo
PT16J			Beiras e Serra da Estrela
PT17			Área Metropolitana de Lisboa
PT170		Área Metropolitana de Lisboa	
PT18		Alentejo	
PT181			Alentejo Litoral
PT184			Baixo Alentejo
PT185			Lezíria do Tejo
PT186			Alto Alentejo
PT187			Alentejo Central
PT2	REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES		
PT20	Região Autónoma dos Açores		
PT200		Região Autónoma dos Açores	
PT3	REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA		
PT30	Região Autónoma da Madeira		
PT300		Região Autónoma da Madeira	
PTZ	EXTRA-REGIO NUTS 1		
PTZZ	Extra-Regio NUTS 2		
PTZZZ		Extra-Regio NUTS 3	

Anexo II: Indicadores de Desenvolvimento Territorial selecionados

Indicadores de Contexto de Desenvolvimento Territorial por Domínios Temáticos Portugal 2020			
CH	C&I	ISE	SEUR
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Competitividade	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Coesão	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice de Qualidade Ambiental
Taxa bruta de escolarização no ensino básico	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global	Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Sexo	Médicos por 1000 habitantes
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	Produto Interno Bruto por habitante a preços correntes (Base 2011 - milhares €)	Taxa Desemprego de Longa Duração (Série 2011 - %)	Enfermeiros por 1000 habitantes, por Local de trabalho
Taxa de escolarização no ensino superior	Proporção da despesa em I&D no PIB por Sector de execução	Índice de envelhecimento	Camas dos centros de saúde por Localização geográfica
Nº de diplomados do ensino superior por 1000 habitantes	Patentes de invenções registadas por Tipo de requerente	Índice de dependência dos jovens	Camas dos hospitais por Modalidade e Localização geográfica
Diplomados ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 hab	Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Beneficiário/as do rendimento social de inserção (RSI) da segurança social	Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000
Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico/computador com Internet	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %)	Proporção de população ativa por situação de trabalho e nível de Escolaridade	Proporção de superfície áreas protegidas por Tipo de área protegida
Taxa de abandono escolar	Taxa de natalidade das Empresas por Setor de atividade económica	Índice de dependência total	Superfície áreas protegidas por Tipo de área protegida
Taxa bruta de pré-escolarização	Valor acrescentado bruto a preços correntes (Base 2011 - milhões €) por Ramo de atividade	População residente com 15 e mais anos de idade por Condição perante trabalho	Proporção de águas residuais tratadas
	Valor Acrescentado Bruto das Empresas por Setor de atividade económica	Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007)	População servida por sistemas de abastecimento de água

	Produtividade aparente do trabalho (Base 2011-€)	Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007)	Taxa de superfície florestal ardida
	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (por Tipo estabelecimento hoteleiro)	Taxa de fecundidade na adolescência	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente
	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros (por Tipo estabelecimento hoteleiro)	Taxa bruta de natalidade	Meio de transporte mais utilizado em movimentos pendulares, por Local de residência e Principal meio de transporte
	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento natural	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante
	População ativa por Sexo, à data dos Censos	Taxa de Crescimento Efetivo	Consumo de combustível automóvel por habitante
	Pessoal ao serviço Equivalente a Tempo Integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento de Instituições e Empresas com I&D	População Residente por sexo e faixa etária	
	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Setor de atividade	Saldo natural	
		Saldo migratório	

**Anexo III: Quadro Comparativo de Financiamento do POR Alentejo 2020,
POR Centro e POR Lisboa 2020**

PO	Total OP	Total EU contribution	
	€	€	%
Centro	2.642.875.695	2.155.031.031	81,5
Lisboa	1.853.880.724	833.334.547	45
Alentejo	1.312.087.209	1.082.944.371	82,5

Anexo IV: Metas Estratégicas do Portugal 2020, no âmbito da Estratégia Europa 2020 (Indicadores)

Prioridades Europa 2020	Domínio Temático Portugal 2020	Objetivo	Indicador	Situação de Portugal em 2013	Metas para Portugal em 2020	Metas para UE (28) em 2020	Observações/Análise
Crescimento Inteligente	Competitividade e Internacionalização	Reforço do I&D e Inovação	Investimento em I&D em % do PIB	1,5% ¹⁰	Entre 2,7% e 3,3%	3,0%	Despesa interna bruta em I&D, em % do PIB (Comissão Europeia, 2014). Engloba a inovação no tecido empresarial, científico e tecnológico, por forma a valorizar o conhecimento e a consequente competitividade em mercados internacionais (Governo de Portugal, 2013).
	Capital Humano	Mais e Melhor educação	Taxa de abandono escolar precoce e formação na população entre 18-24 anos	19,2%	10,0%	10,0%	Percentagem da população, com idade entre os 18 e os 24 anos, sem atividade de educação ou formação nas 4 semanas anteriores ao inquérito. Realça-se que este grupo etário possui, como habilitação máxima, o Ensino Secundário completo (Comissão Europeia, 2014).
			% de diplomados entre os 30-34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente	29,2%	40,0%	40,0%	Percentagem de população de idade entre 30 e 34 anos que possua como habilitação o ensino superior completo ou equivalente (Comissão Europeia, 2014). Embora ambiciosa, a meta acordada para Portugal tem como intuito o aumento de qualificações da população.
Crescimento	Sustentabi	Clima e Energia	Emissões de	-12,0% ¹¹	+1,0%	+20,0%	O Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) é um

¹⁰ Estimativa de 2012 baseada no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), no âmbito da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

¹¹ Dados de 2012

Sustentável	lidade e Eficiência no Uso dos Recursos		Gases de Efeito de Estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)				<p>mecanismo de mercado regulador intracomunitário criado em 2005 que pretende promover a redução das emissões de GEE, limitando as licenças das mesmas (Agência Portuguesa do Ambiente, 2015; Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro).</p> <p>O baixo valor de Portugal em 2012 pode ser justificado pelo contexto de crise económica, permitindo perceber a volatilidade da variação percentual do indicador.</p>
			% Energias renováveis no consumo de energia final	24,6% ¹²	31,0%	20%	<p>Reflete o cálculo da proporção de energia fornecida por fontes renováveis no consumo final de energia, (Diretiva 2009/28/CE do Parlamento Europeu e do Conselho).</p> <p>Portugal, detendo uma localização geoestratégica de referência no que toca a fontes energéticas renováveis, detém como ambição alcançar 31% em energias renováveis no consumo final de energia, ultrapassando em 11% a meta da UE (28), para 2020. Para isso, é essencial o investimento na diversificação de fontes de energia de origem renovável.</p>
			Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	24,6% ¹³	20%	20%	<p>Variação relativa ao ano base 2005, de certo resultado otimizado face à energia consumida para o efeito, no consumo interno bruto de energia (Comissão Europeia, 2014).</p> <p>O aumento da eficiência em 24,6%, entre 2005 e 2012, coloca Portugal em boa posição para o respetivo cumprimento da meta em 2020 (Governo de Portugal, 2013; 2014).</p>

¹² Dados de 2012

¹³ Dados de 2012

Crescimento Inclusivo	Inclusão Social e Emprego	Aumentar o Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	65,6%	75%	75%	Reflete o nº de pessoas empregadas com idades entre 20 e os 64 anos, face à população total do mesmo grupo (Comissão Europeia, 2014).
		Combate à Pobreza e às Desigualdades	Pessoas em risco pobreza/exclusão social (variação face a 2008)	-92.000 ¹⁴	-200.000	- 20.000.000	Visa pessoas com rendimento disponível abaixo de 60% do rendimento mediano nacional disponível, após transferências sociais, e cujas condições de subsistência sejam privadas de recursos necessários à dignidade (Comissão Europeia, 2014). Pretende-se promover a inclusão social, através da melhoria no acesso ao emprego, bem como no reforço da qualidade em apoios sociais. Refere-se que a meta considera-se acessível, já que em 2011 Portugal tinha diminuído em 92 mil a população em risco de pobreza ou exclusão social, relativamente a 2008

¹⁴ Dado de 2011

**Anexo V: NUTS III (2013) e Municípios integrantes da CCDR-LVT
(Decreto-Lei nº 228/2012, de 25 de outubro)**

<i>NUS III (2013)</i>	<i>AML</i>	<i>Lezíria do Tejo</i>	<i>Médio Tejo</i>	<i>Oeste</i>
<i>Municípios</i>	Amadora	Almeirim	Abrantes	Alcobaça
	Cascais	Alpiarça	Alcanena	Alenquer
	Lisboa	Azambuja	Constância	Nazaré
	Loures	Benavente	Entroncamento	Bombarral
	Odivelas	Cartaxo	Ourém	Cadaval
	Oeiras	Chamusca	Ferreira do Zêzere	Caldas da Rainha
	Sintra	Coruche	Mação	Lourinhã
	Vila Franca de Xira	Salvaterra de Magos	Vila Nova da Barquinha	Arruda dos Vinhos
	Mafra	Rio Maior	Tomar	Óbidos
	Alcochete	Golegã	Torres Novas	Peniche
	Almada	Santarém	Sardoal	Sobral de Monte Agraço
	Barreiro			Torres Vedras
	Moita			
	Montijo			
	Palmela			
	Seixal			
	Sesimbra			
	Setúbal			

Anexo VI: Construção do Sub-índice CI

			*		*							*	*			
Indicadores Competitividade & Internacionalização 2004 (dados recolhidos)																
NUTSIII	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	Produto interno bruto (B.1.g) por habitante a preços correntes (Base 2011 - milhares €) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas (%)	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção População activa	Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %)	Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Estada média (Nº) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (Nº) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Valor acrescentado bruto médio (milhares €) por empresa e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Pessoal ao serviço (Nº médio) por Empresa e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual			
Oeste	0,73	12,73	3,70	0,23	0,56	61,81	11,18	1,65	17,75	2,10	135,90	43,58	2,82			
Médio Tejo	0,07	12,91	1,96	0,13	0,52	60,78	10,67	1,61	23,79	1,90	229,80	58,74	3,18			
Área Metro	0,25	20,96	2,32	1,10	0,61	53,79	14,99	3,09	35,91	2,30	253,40	113,95	3,88			
Lezíria do T	0,51	13,95	2,73	0,43	0,56	60,37	12,54	1,34	27,91	1,80	48,40	52,06	2,96			
Média	0,39	15,14	2,68	0,47	0,56	59,19	12,35	1,92	26,34	2,03	166,88	67,08	3,21			
Desvio Pad	0,29	3,92	0,75	0,44	0,04	3,65	1,93	0,79	7,62	0,22	93,88	31,86	0,47			
Indicadores Competitividade & Internacionalização 2004 (dados normalizados)														Soma Indicadores CI 2004	Categorização	
Oeste	1,2	-0,6	1,4	-0,6	0,0	0,7	-0,6	-0,3	-1,1	0,3	-0,3	-0,7	-0,8	-1,6	2	
Médio Tejo	-1,1	-0,6	-1,0	-0,8	-1,2	0,4	-0,9	-0,4	-0,3	-0,6	0,7	-0,3	-0,1	-6,0	4	
Área Metro	-0,5	1,5	-0,5	1,4	1,3	-1,5	1,4	1,5	1,3	1,2	0,9	1,5	1,4	10,9	1	
Lezíria do T	0,4	-0,3	0,1	-0,1	-0,1	0,3	0,1	-0,7	0,2	-1,0	-1,3	-0,5	-0,5	-3,4	3	
*Substituição Indicador para evitar desfasamento de dados																
			*		*							*	*			
Indicadores Competitividade & Internacionalização 2011 (dados recolhidos)																
NUTSIII	Taxa de crescimento migratório (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	Produto interno bruto (B.1.g) por habitante a preços correntes (Base 2011 - milhares €) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas (%)	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção População activa	Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - %)	Produtividade aparente do trabalho (Base 2011 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Estada média (Nº) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (Nº) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Valor acrescentado bruto médio (milhares €) por empresa e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Pessoal ao serviço (Nº médio) por Empresa e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual			
Oeste	0,02	13,28	6,30	0,63	0,56	50,48	11,26	1,93	21,11	2,20	191,50	44,30	2,82			
Médio Tejo	-0,27	14,20	4,33	0,23	0,50	53,56	10,66	1,79	29,83	1,70	332,30	56,74	3,18			
Área Metro	-0,05	23,39	3,72	2,05	0,59	42,82	13,79	2,99	41,74	2,20	319,70	118,65	3,88			
Lezíria do T	0,26	14,17	2,64	0,34	0,55	49,48	11,92	1,90	32,22	1,60	40,00	49,24	2,96			
Média	-0,01	16,26	4,25	0,81	0,55	49,09	11,91	2,15	31,23	1,93	220,88	67,23	3,21			
Desvio Pad	0,22	4,77	1,54	0,84	0,04	4,52	1,36	0,56	8,48	0,32	136,33	34,66	0,47			
Indicadores Competitividade & Internacionalização 2011 (dados normalizados)														Soma Indicadores CI 2011	Categorização	
Oeste	0,1	-0,6	1,3	-0,2	0,2	0,3	-0,5	-0,4	-1,2	0,9	-0,2	-0,7	-0,8	-1,7	2	
Médio Tejo	-1,2	-0,4	0,1	-0,7	-1,3	1,0	-0,9	-0,6	-0,2	-0,7	0,8	-0,3	-0,1	-4,5	3	
Área Metro	-0,2	1,5	-0,3	1,5	1,1	-1,4	1,4	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,4	10,8	1	
Lezíria do T	1,2	-0,4	-1,0	-0,6	-0,1	0,1	0,0	-0,4	0,1	-1,0	-1,3	-0,5	-0,5	-4,5	4	
*Substituição Indicador para evitar desfasamento de dados																

Anexo VII: Construção do Sub-índice ISE

Indicadores Inclusão Social e Emprego 2004 (dados recolhidos)															
NUTSIII	Taxa de desempreg o segundo os Censos: total (%)	Proporção de população residente (face a População total) por Local de residência	Beneficiári as/os do rendimento social de inserção, da segurança social	Índice de dependên cia de jovens (N.º): Anual	Índice de dependên cia total (N.º): Anual	Índice de envelheci mento (N.º): Anual	Esperança a de vida aos 65 anos (Metodolo gia 2007 - Anos)	Esperança a de vida à nascença (Metodolo gia 2007 - Anos)	Taxa de fecundida de na adolescên cia (%): Anual	Taxa de crescimen to efectivo	Taxa de crescimen to natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa de crescimen to migratório (%) por Local de residência		
Oeste	5,6	0,03	5972	24,3	52,4	115,3	17,51	77,69	20	0,71	-0,02	10,7	0,73		
Médio Tejo	6,4	0,02	5087	23	57,8	150,7	18,43	78,23	13	-0,15	-0,22	9,2	0,07		
Área Metro	7,6	0,26	66594	23	47,1	104,5	17,90	78,05	22,5	0,48	0,24	11,6	0,25		
Lezíria do T	8,1	0,02	6907	22,6	54,4	140,6	17,63	77,88	18,1	0,35	-0,17	10	0,51		
Média	6,93	0,08	21140,00	23,23	52,93	127,78	17,87	77,96	18,40	0,35	-0,04	10,43	0,39		
Desvio Pad	1,14	0,12	30311,78	0,74	4,48	21,50	0,41	0,23	4,03	0,36	0,21	1,00	0,29		
Indicadores Inclusão Social e Emprego 2004 (dados normalizados)														Soma Indicadores ISE 2004	Categoriza ção
Oeste	1,2	-0,4	0,5	1,5	-0,1	0,6	-0,9	-1,2	-0,4	1,0	0,1	0,3	1,2	3,2	1
Médio Tejo	0,5	-0,5	0,5	-0,3	1,1	-1,1	1,4	1,2	1,3	-1,4	-0,9	-1,2	-1,1	-0,5	3
Área Metro	-0,6	1,5	-1,5	-0,3	-1,3	1,1	0,1	0,4	-1,0	0,4	1,4	1,2	-0,5	0,7	2
Lezíria do T	-1,0	-0,5	0,5	-0,8	0,3	-0,6	-0,6	-0,4	0,1	0,0	-0,6	-0,2	0,4	-3,5	4
Indicadores Inclusão Social e Emprego 2011 (dados recolhidos)															
NUTSIII	Taxa de desempre go segundo os Censos: total (%)	Proporção de população residente (face a População total) por Local de residência	Beneficiári as/os do rendimen to social de inserção, da segurança social	Índice de dependên cia de jovens (N.º): Anual	Índice de dependên cia total (N.º): Anual	Índice de envelheci mento (N.º): Anual	Esperança de vida aos 65 anos (Metodolo gia 2007 - Anos)	Esperança de vida à nascença (Metodolo gia 2007 - Anos)	Taxa de fecundida de na adolescên cia (%): Anual	Taxa de crescimen to efectivo	Taxa de crescimen to natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa de crescimen to migratório (%) por Local de residência		
Oeste	11,40	0,03	6971,00	23,40	53,70	129,20	18,32	79,34	11,60	-0,21	-0,23	8,80	0,02		
Médio Tejo	10,70	0,02	5597,00	21,40	60,30	182,60	19,43	80,00	8,00	-0,80	-0,53	7,10	-0,27		
Área Metro	12,90	0,27	110857,00	24,20	53,20	119,70	19,11	80,00	17,90	0,15	0,21	11,00	-0,05		
Lezíria do T	12,60	0,02	7528,00	23,10	57,60	149,10	18,81	79,41	12,70	-0,08	-0,34	8,30	0,26		
Média	11,90	0,09	32738,25	23,03	56,20	145,15	18,92	79,69	12,55	-0,24	-0,22	8,80	-0,01		
Desvio Pad	1,03	0,12	52085,49	1,18	3,37	27,81	0,47	0,36	4,09	0,41	0,31	1,63	0,22		
Indicadores Inclusão Social e Emprego 2011 (dados normalizados)														Soma Indicadores ISE 2011	Categoriza ção
Oeste	0,5	-0,4	0,5	0,3	-0,7	0,6	-1,3	-1,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	-1,1	3
Médio Tejo	1,2	-0,5	0,5	-1,4	1,2	-1,3	1,1	0,9	1,1	-1,4	-1,0	-1,0	-1,2	-1,9	4
Área Metro	-1,0	1,5	-1,5	1,0	-0,9	0,9	0,4	0,9	-1,3	1,0	1,4	1,3	-0,2	3,5	1
Lezíria do T	-0,7	-0,5	0,5	0,1	0,4	-0,1	-0,2	-0,8	0,0	0,4	-0,4	-0,3	1,2	-0,5	1

Anexo VIII: Construção do Sub-índice CH

	-						-	-		
Indicadores Capital Humano 2004/2005 e 2001 (dados recolhidos INE)										
NUTSIII	Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico por computador e com ligação à Internet (N.º); 2004/2005	Taxa de escolarização no ensino superior (%); 2004/2005	Taxa bruta de pré-escolarização (%); 2004/2005	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%); 2004/2005	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%); 2004/2005	Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes (N.º)	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%); 2004/2005	Taxa de abandono escolar (%); 2001		
Oeste	29,7	5,8	85,2	114,5	100,3	2,50	10,6	2,51		
Médio Tejo	24,9	12	97,7	116	132,6	7	10,2	2		
AML	40,3	41,8	70,5	118,1	124,8	13,30	12,3	1,89		
Lezíria do Tejo	38,9	12,8	85,7	117,1	99	5,90	13,9	2,84		
Média	33,5	18,1	84,8	116,4	114,2	7,2	11,8	2,3		
Desvio Padrão	7,4	16,1	11,1	1,5	17,1	4,5	1,7	0,4		
Indicadores Capital Humano 2004/2005 e 2001 (dados normalizados)									Soma Indicadores CH 2004/2005	Categorização
Oeste	0,5	-0,8	0,0	-1,2	-0,8	-1,0	0,7	-0,4	-3,1	3
Médio Tejo	1,2	-0,4	1,2	-0,3	1,1	0,0	0,9	0,7	4,3	1
AML	-0,9	1,5	-1,3	1,1	0,6	1,4	-0,3	0,9	2,9	2
Lezíria do Tejo	-0,7	-0,3	0,1	0,4	-0,9	-0,3	-1,3	-1,2	-4,2	4
	-						-	-		
Indicadores Capital Humano 2011/2012 (dados recolhidos)										
NUTSIII	Média de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino básico por computador e com ligação à Internet (N.º); 2011/2012	Taxa de escolarização no ensino superior (%); 2012/2013	Taxa bruta de pré-escolarização (%); 2011/2012	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%); 2010/2011	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%); 2011/2012	Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1000 habitantes (N.º)	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%); 2011/2012	Taxa de abandono escolar (%); 2011		
Oeste	3,1	8,7	94,4	120,6	111,9	1,56	10,4	1,6		
Médio Tejo	2,7	8,9	102,8	125,2	137,0	6,11	8,1	1,9		
Área Metropolitana	2,6	44,1	82,9	120,8	133,1	24,90	11,3	1,8		
Lezíria do Tejo	3,2	16,9	95,7	123,9	115,1	3,64	10,6	1,7		
Média	2,9	19,7	94,0	122,6	124,3	9,1	10,1	1,8		
Desvio Padrão	0,3	16,7	8,2	2,3	12,6	10,7	1,4	0,2		
Indicadores Capital Humano 2011/2012 (dados normalizados)									Soma Indicadores CH 2011/2012	Categorização
Oeste	-0,7	-0,7	0,1	-0,9	-1,0	-0,7	-0,2	1,2	-2,8	4
Médio Tejo	0,7	-0,6	1,1	1,1	1,0	-0,3	1,4	-1,1	3,3	1
Área Metropolitana	1,0	1,5	-1,3	-0,8	0,7	1,5	-0,9	-0,4	1,3	2
Lezíria do Tejo	-1,0	-0,2	0,2	0,6	-0,7	-0,5	-0,4	0,3	-1,7	3

Anexo IX: Construção do Sub-índice SEUR

			*	*						-	-	-	-			
	Indicadores Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos 2004 (dados recolhidos)															
NUTSIII	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho (NUTS - 2013); Anual	Camas (N.º médio) por centro de saúde com internamento	Camas (N.º médio) por hospital e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção de superfície das áreas protegidas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de área protegida	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	Proporção de águas residuais tratadas (%)	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (%)	Taxa de superfície florestal ardida (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab.)	Consumo de combustíveis automóvel por habitante (tep/ hab.)	Proporção de Transporte Viatura Própria face ao Total, utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal			
Oeste	1,30	2,40	0,00	65,50	4,40	5,30	85,00	99,00	4,00	0,68	1230,00	0,90	0,51			
Médio Tejo	1,40	3,30	0,00	118,75	4,00	8,20	88,00	99,00	6,00	1,22	1137,70	1,20	0,53			
Área Metropolitana	5,00	4,90	7,00	199,00	14,30	18,40	81,00	99,00	8,00	0,99	1167,10	0,70	0,42			
Lezíria do Tejo	1,60	2,80	0,00	393,00	2,60	5,40	78,00	98,00	3,00	0,09	1216,20	1,30	0,51			
Média	2,33	3,35	1,75	194,06	6,33	9,33	83,00	98,75	5,25	0,74	1187,75	1,03	0,50			
Desvio Padrão	1,79	1,10	3,50	143,53	5,37	6,20	4,40	0,50	2,22	0,49	42,92	0,28	0,05			
	Indicadores Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos 2004 (dados normalizados)													Soma Indicadores SEUR 2004	Categorização	
Oeste	-0,6	-0,9	-0,5	-0,9	-0,4	-0,6	0,5	0,5	-0,6	0,1	-1,0	0,5	-0,4	-4,2	3	
Médio Tejo	-0,5	0,0	-0,5	-0,5	-0,4	-0,2	1,1	0,5	0,3	-1,0	1,2	-0,6	-0,7	-1,4	2	
Área Metropolitana	1,5	1,4	1,5	0,0	1,5	1,5	-0,5	0,5	1,2	-0,5	0,5	1,2	1,5	11,3	1	
Lezíria do Tejo	-0,4	-0,5	-0,5	1,4	-0,7	-0,6	-1,1	-1,5	-1,0	1,3	-0,7	-1,0	-0,4	-5,7	4	
*Alteração no Indicador para evitar desfasamento de dados																
			*	*						-	-	-	-			
	Indicadores Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos 2011 (dados recolhidos)															
NUTSIII	Médicas/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência	Enfermeiras/os por 1000 habitantes (N.º) por Local de trabalho (NUTS - 2013); Anual	Camas (N.º médio) por centro de saúde com internamento	Camas (N.º médio) por hospital e Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Proporção de superfície das áreas protegidas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de área protegida	Proporção da superfície dos sítios (%) da Rede Natura 2000	Proporção de águas residuais tratadas (%)	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)	Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (%)	Taxa de superfície florestal ardida (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kWh/ hab.)	Consumo de combustíveis automóvel por habitante (tep/ hab.)	Proporção de Transporte Viatura Própria face ao Total, utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal			
Oeste	1,50	2,80	0,00	58,67	4,40	5,30	96,00	97,00	9,00	1,12	1347,90	0,60	0,67			
Médio Tejo	1,80	5,30	0,00	76,83	4,00	8,20	99,00	95,00	10,00	0,06	1311,00	1,60	0,69			
Área Metropolitana	5,60	6,30	0,00	185,92	14,90	19,00	92,00	100,00	18,00	0,83	1259,60	0,60	0,54			
Lezíria do Tejo	1,90	4,00	0,00	191,50	2,60	5,40	97,00	94,00	6,00	0,13	1340,70	1,20	0,67			
Média	2,70	4,60	0,00	128,23	6,48	9,48	96,00	96,50	10,75	0,54	1314,80	1,00	0,64			
Desvio Padrão	1,94	1,53	0,00	70,27	5,67	6,49	2,94	2,65	5,12	0,52	40,12	0,49	0,07			
	Indicadores Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos 2011 (dados normalizados)													Soma Indicadores SEUR 2011	Categorização	
Oeste	-0,6	-1,2	0,0	-1,0	-0,4	-0,6	0,0	0,2	-0,3	-1,1	-0,8	0,8	-0,5	-5,5	4	
Médio Tejo	-0,5	0,5	0,0	-0,7	-0,4	-0,2	1,0	-0,6	-0,1	0,9	0,1	-1,2	-0,7	-2,0	2	
Área Metropolitana	1,5	1,1	0,0	0,8	1,5	1,5	-1,4	1,3	1,4	-0,6	1,4	0,8	1,5	10,9	1	
Lezíria do Tejo	-0,4	-0,4	0,0	0,9	-0,7	-0,6	0,3	-0,9	-0,9	0,8	-0,6	-0,4	-0,4	-3,4	3	

Anexo X: Construção do Índice Sintético DT-PT2020

Sub Índices (Domínios Temáticos) 2004					Soma Sub-índices 2004	Categorização
NUTS III	CH	CI	ISE	SEUR		
Oeste	-3,1	-1,6	3,2	-4,2	-5,7	3
Médio Tejo	4,3	-6,0	-0,5	-1,4	-3,5	2
Área Metropolitana	2,9	10,9	0,7	11,3	25,9	1
Lezíria do Tejo	-4,2	-3,4	-3,5	-5,7	-16,8	4
Sub índices (Domínios Temáticos) 2011					Soma Sub-índices 2011	Categorização
NUTS III	CH	CI	ISE	SEUR		
Oeste	-2,1	-1,7	-1,1	-5,5	-10,5	3
Médio Tejo	3,3	-4,5	-1,9	-2,0	-5,1	2
Área Metropolitana	1,3	10,8	3,5	10,9	26,5	1
Lezíria do Tejo	-2,8	-4,5	-0,5	-3,4	-11,3	4

Anexo XI: Exemplo de Ficha de indicador

Domínio Temático Competitividade e Internacionalização

4- Proporção da despesa em I&D no PIB por Sector de execução

Indicador Nº 4	
Designação	Proporção da despesa em I&D no PIB por Sector de execução
Portugal 2020	Domínio Temático
	Competitividade e Internacionalização
Definição	Não disponível no INE
Documento de Referência	SIC QREN
Fonte dos dados	INE, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Unidade de medida	Porcentagem (%)
Fórmula de cálculo	$(\text{Total da despesa em I\&D} / \text{PIBpm}) * 100$
Unidade de Análise	NUTS III
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2012
Observações	Os dados dos anos de 2004 e 2012 são segundo as NUTS 2002 e, deste modo não integram o município de Mação

Figura 4 - Proporção da despesa em I&D no PIB, por Setor de Execução, NUTSIII (2002) - RLVT

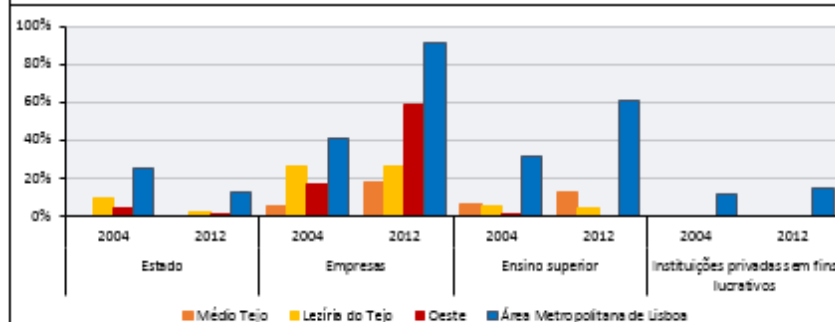
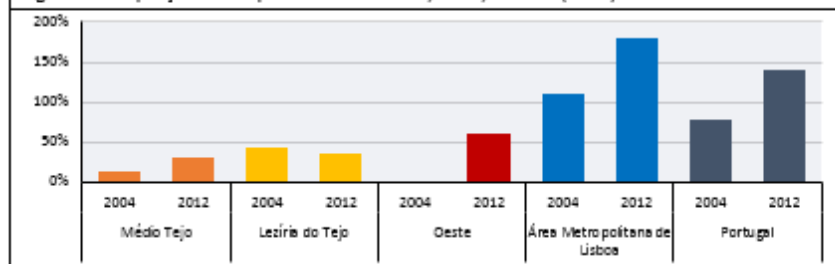


Figura 5 - Proporção da despesa em I&D no PIB, Total, NUTSIII (2002) - RLVT



Nota: Em CD agregado ao presente relatório, incluem-se as fichas dos 58 indicadores selecionados, dos 5 Índices Sintéticos constituídos e das 8 metas estratégicas para Portugal, no âmbito da Estratégia Europa 2020